9-B-90

24

- 10

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CORRIGIDA

Curso C-PEM 2003

Partido TI

Solução do P-III-5 (Mo) - MONOGRAFIA

Apresentada Por

JOAQUIM ARINÊ BACELAR REGO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO

TRABALHO AVALIADO PELA EGN

AVALIAÇÃO: ACEITÁVEL

MENÇÃO: MUITO BOM

Capitão-de-Mar-e-Guerra
Encarregado do C-PEM
NO EGN

RIO DE JANEIRO

2003

9-B-90

9_B_90

MOSTRUÁRIO
BIBLIOTECA
Nº

MARINHA DO BRASIL

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

ELEMENTOS PARA UMA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

JOAQUIM ARINÊ BACELAR REGO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

2003

Acerp - 228543
Ex. 256842
MB - EGN
BIBLIOTECA
02108 1024
N.° 5928

Tema: Elementos para uma geopolítica brasileira no século XXI

Título: UMA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

Tópicos a abordar:
- Fundamentos geopolíticos;
- Perspectivas de uma inserção internacional independente;
- Perspectivas de integração sul-americana; e
- Os riscos de uma inserção hemisférica sob influência hegemônica.

Proposição: Incursionar, de forma sucinta, nos fundamentos geopolíticos, de modo a proporcionar um embasamento teórico ao trabalho. Comentar perspectivas de inserção internacional independente, procurando apontar os principais atores do cenário mundial que, a juízo do autor, poderão interagir com o Brasil no contexto dessa inserção. Discorrer sobre as perspectivas de integração, no cenário sul-americano. Mencionar os riscos de uma inserção hemisférica, sob influência hegemônica, tendo como fulcro a iniciativa norte-americana de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Finalmente, apontar, ao longo do trabalho, linhas de ação concernentes com uma geopolítica brasileira no alvorecer do século XXI.

Nº de palavras: 14.939

SUMÁRIO

PÁGINA

Introdução.....

CAPÍTULO 1- FUNDAMENTOS GEOPOLÍTICOS..... 1
- SEÇÃO I - GEOPOLÍTICA..... 1
- SEÇÃO II - TEORIAS GEOPOLÍTICAS..... 5
- SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES PARCIAIS..... 8

CAPÍTULO 2 - INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL..... 10
- SEÇÃO I - CENA MUNDIAL..... 10
- SEÇÃO II - PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO..... 20
- SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES PARCIAIS..... 26

CAPÍTULO 3 - A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA..... 28
- SEÇÃO I - O CONTEXTO SUL-AMERICANO 28
- SEÇÃO II - PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO..... 35
- SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES PARCIAIS..... 38

CAPÍTULO 4 - INSERÇÃO HEMISFÉRICA..... 41
- SEÇÃO I - A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA..... 41
- SEÇÃO II - A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)..... 46
- SEÇÃO III - CONSIDERAÇÕES PARCIAIS..... 52

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 55

ANEXO A - "CLUBES DAS ELITES"..... A – 1
ANEXO B - EXTRATO DA "HOMEPAGE" DA COMISSÃO TRILATERAL..... B – 1
ANEXO C - LISTA DE MEMBROS DA COMISSÃO TRILATERAL..... C – 1
ANEXO D - SETORES SOB CONTROLE DIRETO DAS ELITES..... D – 1
ANEXO E - NOVA UNIÃO GLOBAL..... E – 1
ANEXO F - EVOLUÇÃO DO QUADRO GEOPOLÍTICO MUNDIAL..... F – 1
ANEXO G - CONFORMAÇÃO DA ALCA..... G – 1
ANEXO H - PERFIL DOS PAÍSES DA ALCA..... H – 1

BIBLIOGRAFIA..... I – 1

UMA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

"Não é porque as coisas são difíceis que não ousamos. Porque não ousamos é que as coisas se tornam difíceis". (Seneca)

INTRODUÇÃO

A cena mundial da alvorada dessa nova centúria é caracterizada por uma ambiência geopolítica complexa e instável, na qual as questões político-econômicas se constituem no fio condutor da agenda internacional.

Impõe-se, portanto, o entendimento de que a política é a arte definidora dos objetivos (o que fazer) e, em função disso, seriam estabelecidas as ações e os meios que conduziriam à consecução daqueles objetivos, ou seja, as estratégias (como fazer). Logo, o domínio político é que deve nortear o domínio econômico. É um erro muito comum, hoje no Brasil, inclusive de importantes pensadores nacionais, dar prioridade às questões relativas à estratégia econômica em detrimento da concepção política.

O fim da bipolarização geopolítica – conflito Leste x Oeste – não trouxe o desejado equilíbrio político-estratégico, ao contrário do que pensavam vários estudiosos. Assim, o novo cenário internacional assume uma nova arquitetura, permeada pela onda do processo da globalização sob o manto da ideologia neoliberal, na qual sobreleva-se uma acirrada confrontação político-econômica intercalada por acentuadas assimetrias de poder.

Nesse enfrentamento, aparecem, de um lado, os Estados emergentes da periferia geopolítica mundial e, do outro, os Estados desenvolvidos como guardiões dos interesses das Estruturas Hegemônicas de Poder. Nesse contexto, adquire maior relevo

uma superpotência hegemônica, os Estados Unidos da América (EUA), coadjuvada por outras potências, a União Européia (UE) e o Japão.

Portanto, é nesse ambiente que um país como o Brasil, com uma fisionomia geopolítica saliente no contexto sul-americano, e por decorrência na América Latina, deveria conceber uma postura político-estratégica que lhe permitisse realizar uma inserção global alicerçada numa *rationale* geopolítica genuinamente brasileira, sem influências alienígenas.

Diante disso, a presente monografia tem o propósito derradeiro de apontar, ao longo do seu desenvolvimento, linhas de ação concernentes aos seguintes elementos para uma geopolítica brasileira no alvorecer do século XXI: perspectivas de inserção internacional independente e de integração sul-americana, bem como os riscos de uma inserção hemisférica sob influência hegemônica. Ademais, por motivo de clareza, simplicidade e objetividade, e em face da agenda internacional hodierna, dar-se-á ênfase aos domínios político e econômico.

No primeiro capítulo, incursiona-se, de forma sucinta, nos fundamentos geopolíticos, de modo a proporcionar um embasamento teórico ao trabalho.

Com o segundo capítulo, pretende-se comentar as perspectivas de inserção internacional independente, procurando-se apontar os principais atores do sistema internacional que, a juízo do autor, poderão interagir com o Brasil no contexto dessa inclusão. Para tanto, procura-se, inicialmente, desvendar o arcabouço ideológico que norteia o engendro do cenário mundial pelas "elites invisíveis" e, em seguida, visualizar o cenário atual e a sua previsão para a próxima década.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre as perspectivas de integração sul-americana, esboçando-se, de início, um contexto sul-americano, em reduzida dimensão e com

sucinta digressão histórica. Em seguida, citam-se os fatores positivos e negativos do processo de integração, realçando-se a função do Brasil.

Com o quarto capítulo, tenciona-se mencionar os riscos de uma inserção hemisférica sob influência hegemônica, tendo como fulcro a iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse sentido, é de fundamental importância que se reconheça os valores que servem de inspiração à formulação da política externa dos Estados Unidos da América.

Por derradeiro, as Considerações Finais, constantes do capítulo cinco, sintetizam opiniões do autor apresentadas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTOS GEOPOLÍTICOS

Para a concepção de uma Geopolítica nacional, torna-se compulsório concatenar, de forma sucinta, uma fundamentação teórica. Assim, partindo-se da premissa de que os elementos para uma Geopolítica brasileira, no alvorecer do século XXI, são as perspectivas de inserção internacional independente e de integração sul-americana, bem como os riscos de uma inserção hemisférica sob influência hegemônica, é mister realizar uma incursão abreviada pelos pensamentos dos estudiosos preeminentes, inclusive os brasileiros de maior influência, e sobre teorias geopolíticas.

SEÇÃO I – GEOPOLÍTICA

O estudo geopolítico remonta à gênese do pensamento filosófico-científico da humanidade, quando filósofos gregos já se preocupavam em determinar a influência dos fenômenos físicos, biológicos e humanos sobre a atividade do homem, alicerçados em elementos racionais. Pode-se pensar, então, que aqueles filósofos foram os pioneiros em fazer, de forma inconsciente, análises geopolíticas (40:353).

Decorridos vários séculos, verifica-se que o termo "Geopolítica" foi pioneiramente empregado, em 1905, por Rudolf Kjellen. Porém, segundo vários autores, foi Friedrich Ratzel quem ultrapassou a fronteira da Geografia Política, lançando a verdadeira Geopolítica. Ratzel utilizando-se das concepções de determinismo geográfico, propostas anteriormente por outros pensadores, combinou-as com as noções filosóficas e políticas sobre história mundial e nacionalismo, introduzidas por George Hegel, Friedrich Nietzche e Heinrich Von Treitschke (40:353). Assim, a Geopolítica, pelas reflexões de Kjellen e Ratzel, adquiriu um sentido dinâmico, orientando as soluções governamentais

do Estado para problemas de natureza política, inspiradas na geografia (33:3).

Nos anos 30, o general alemão Karl E. Nikolas Haushofer instituiu que a Geopolítica deveria considerar todos os problemas políticos, ou seja, poderia ser pensada como "a arte de guiar, pragmaticamente, a Política". Esse estudioso exerceu, direta ou indiretamente, nas décadas de 30 e 40, influência sobre o "establishment" do Poder alemão.

Migrando-se o foco para o Brasil, verifica-se que o pensamento geopolítico nacional, enquanto estudo sistematizado, teve sua origem nos últimos anos da década de 20, quando Everardo Backheuser começou a produzir suas obras, sendo considerado, portanto, o precursor dos estudos da Geopolítica no País. Foi de sua lavra um dos mais nítidos conceitos de Geopolítica: é a "política feita em decorrência das condições geográficas". Por meio do seu livro "Geopolítica Geral do Brasil" exerceu forte influência no estabelecimento, pelo Governo brasileiro, de uma nova política de fronteiras e na criação de territórios nas regiões lindeiras mais críticas (32:40).

Mário Travassos, na essência de seu pensamento, via o Brasil como um país com potencialidades para almejar a posição de maior potência no cenário sul-americano. Por meio da sua obra "Projeção continental do Brasil", lançada em 1931, traçou grandes rumos para uma política nacional, na primeira metade do século XX (34:59).

O estudo autóctone da Geopolítica ganhou impulso pelos pensamentos dos generais Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva e da ilustre professora Therezinha de Castro.

Para Meira Mattos, a Geopolítica "surgiu, no campo das ciências, como o ordenamento de uma reflexão normativa sobre a relação política-geografia da Geografia Humana (ou Antropogeografia) e da Geografia Política", assim como é "a aplicação da política aos espaços geográficos; aplicação de política é poder" (31:17).

Nos anos 50, apareceu no cenário geopolítico brasileiro o general Golbery do Couto

e Silva. Para Golbery, "a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática" (42:22). Depois, em 1967, condensou todos os seus escritos na obra síntese "Geopolítica do Brasil", de grande projeção. "As indicações de Golbery foram por uma rearticulação do território para estimular a ampla manobra estratégica, visando à integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional" (34:87).

Na década de 70, surgiu, na cena acadêmica nacional, Therezinha de Castro. A emérita professora, falecida em 2000, legou ao País uma vasta obra, na qual incursionou pela Geopolítica brasileira da Amazônia ao Prata, estendendo-se até a Antártica.

A professora Therezinha foi pioneira quando lançou as idéias sobre a necessidade de o Brasil instalar uma base no Continente Antártico, bem como do estreitamento de relações com os países do Cone Sul. Viu, ainda em vida, suas reflexões serem coroadas de êxito quando, em 1983, a Marinha do Brasil instalou, na Antártica, a Estação Comandante Ferraz e, em março de 1991, foi celebrado o Tratado de Assunção, pelo qual foi criado o Mercado Comum do Sul (MerCoSul).

Ainda hoje, a Geopolítica é confundida, por vezes, com a Geografia Política. O autor acredita que uma nítida diferenciação foi estabelecida por Therezinha de Castro, quando afirmou que "Geografia política é como a fotografia, portanto, estática; enquanto Geopolítica é como o filme, tem movimento, é dinâmica" (12:23). Assim, Meira Mattos, com uma atual percepção, ampliou esse pensamento ao afirmar que a Geopolítica é o produto da interação dinâmica dos três fatores: Política (aplicação do Poder à arte de governar), Geografia (espaço físico) e História (experiência humana).

Atento ao tempo presente, e à luz do seu mais recente conceito: "a Política aplicada aos espaços geográficos, sob a inspiração da experiência histórica", o general Meira Mattos analisou a contribuição dos fatores geográficos e políticos, bem como da história contemporânea para a formulação da Geopolítica, sob a influência dos recursos da

modernidade. Destarte, chegou à conclusão que esses recursos, "incidindo e interagindo na Geografia e na Política (...) só vieram torná-la mais apta a oferecer avaliações referentes à aplicação do Poder do Estado ou das alianças interestados" (34:51).

Por outro lado, poder-se-ia afirmar que o espaço geográfico – Território - continua fundamentando o Poder, sendo mesmo a razão de sua existência. Nesse sentido, Meira Mattos sintetizou: "a Geopolítica é a ciência e a arte de utilizar o território transformando-o em Poder Político" (34:105).

A Geopolítica, no entanto, sofreu um extraordinário desprestígio quando foi usada, como pretexto, para justificar o expansionismo alemão, colocando a geografia a serviço de um país militarizado, sob a liderança de Adolf Hitler. A idéia do espaço vital ("lebensraum"), que dominou o espírito geopolítico da Alemanha hitlerista, quiçá tenha contribuído, sobremodo, para tal desprestígio.

Atualmente, a Geopolítica continua sendo a inspiradora dos grandes estadistas, na busca de soluções políticas condizentes com as realidades ou necessidades geográficas (33:4). Nessa direção, verifica-se que a análise geopolítica poderia inspirar linhas de ação estruturadas em tipos de Poder: o *Real*, aquele que a nação dispõe no momento; o *Latente*, o que possui ainda sem utilizá-lo, mas dele podendo dispor; e se for este Poder considerável, valoriza o país na escala mundial; e o *Prestígio*, atribuído a uma nação por outras, em função da conjugação de seus Poderes Real e Latente (12:387).

A seguir, são aglutinadas reflexões que resumem a percepção da Geopolítica: as sínteses de Ratzel e do general Meira Mattos, respectivamente: "espaço é poder" e "geografia é destino"; um fragmento das concepções do general Golbery: "a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática"; a análise geopolítica como inspiradora de diretrizes estruturadas nos três Poderes (Real, Latente e Prestígio); e a idéia do sociólogo francês Maurice Duverger de que "Política é Poder".

Diante disso, teoriza o autor sobre Geopolítica: *é uma ferramenta que permite ao Estado, empregando o conhecimento do espaço físico e suas potencialidades (Geografia), aplicar pragmaticamente o Poder (Política), na consecução dos seus objetivos*. Por outra via, de forma condensada, *Geopolítica é uma ferramenta a serviço do Poder*, sendo o Poder aí entendido como o resumo das suas consagradas expressões, quais sejam: Política, Militar, Econômica, Psicossocial e Científico-Tecnológica.

SEÇÃO II – TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Para maior clareza e simplicidade, somente apontar-se-ão as teorias, clássicas e atuais, que serão úteis ao embasamento geopolítico deste trabalho.

A *Teoria do Poder Terrestre*, lançada em 1904, cujo autor foi Sir Halford Mackinder (geógrafo britânico), tem como idéias basilares: quem governar a Europa Oriental comandará o HEARTLAND (o Coração da Terra); quem governar o HEARTLAND comandará a ILHA DO MUNDO (Europa, Ásia e África); e quem governar a ILHA DO MUNDO comandará o MUNDO.

Em 1930, foi estabelecida, pelo general geógrafo alemão Karl E. Nikolas Haushofer, a *Teoria das Pan-Regiões*, que tem como idéia-chave a divisão do mundo em quatro grandes regiões naturais, e seus Estados-Diretores: *Pan-América* – Continente Americano. Estado-Diretor: Estados Unidos; *Euráfrica* – Europa ocidental, Oriente Próximo e África. Estado-Diretor: Alemanha; *Pan-Rússia* – Rússia, Irã e Índia. Estado-Diretor: Rússia; *Pan-Ásia* – parte oriental da Ásia, Austrália e demais arquipélagos e ilhas da área. Estado-Diretor: Japão.

A *Teoria das Fímbrias*, da autoria de Nicholas John Spykman, professor holandês naturalizado norte-americano, foi lançada em 1942, e possui a seguinte idéia basilar: quem controlar o RIMLAND (as Fímbrias) dominará a EURÁSIA; e quem dominar a

EURÁSIA, controlará o MUNDO.

Essa teoria serviu de embasamento à concepção geoestratégica da "Contenção", desenvolvida por George Kennan, em plena época da bipolaridade, como resposta à postura Mackinderiana da então União Soviética (URSS).

Quanto às concepções mais atuais, surgiu, em 1968, a *Teoria da Tríade*, engendrada pelo Clube de Roma (bloco econômico precursor do Grupo dos Sete - G7)[1]. Segundo tal teoria, o mundo seria dividido em três blocos: *Bloco Americano*: Américas (Norte, Central e Sul), cujas economias seriam "dolarizadas". Líder: EUA; *Bloco Europeu*: Europa, inclusive a nova CEI/Rússia, países desmembrados da ex-URSS e, também, países do norte da África. A moeda forte seria o então "Marco alemão" e a defesa do bloco ficaria a cargo da União Européia. Líder: Alemanha; e o *Bloco Asiático*: "Tigres Asiáticos", China, Austrália, Japão e demais países da área. A moeda forte seria o Iene. Líder: Japão. Obviamente, os três blocos ficariam sob a direta influência político-econômica dos EUA.

É interessante notar que essa teoria guarda alguma semelhança com a já citada teoria de Haushofer e, também, com as teorias de Jacques de Brochard e Jean Rufin, que a seguir serão apresentadas.

Em 1991, o conselheiro francês Jacques Perruchon de Brochard lançou, por meio do seu livro "A Miragem do Futuro", a *Teoria das Casas Monetárias*. A sua idéia-chave consiste na divisão do mundo nas quatro seguintes "Casas Monetárias" ("Blocos" ou "Zonas Monetárias"): *Federação das Américas ("Casa do Dólar")*: Continente Americano, sob a liderança dos EUA, sendo a moeda de circulação, intra-Casa, o "Dólar Azul" (o Dólar atual seria utilizado somente nas operações entre as "Zonas"); *Confederação Euroafricana ("Casa do Euro")*: Europa e África, sob a liderança dos

---

[1] Grupo dos Sete – G7: EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Canadá, Itália e Japão.

quatro membros do G7, ali existentes – Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália – sendo a moeda de circulação, intra-Casa, o Euro; *União das Repúblicas Soberanas ("Casa do Rublo")*: Comunidade dos Estados Independentes (CEI/Rússia), Irã, Turquia, Iraque, Arábia Saudita e demais países da área, sob a liderança da Rússia, sendo a moeda de circulação, intra-Casa, o Rublo; e *Liga Asiática ("Casa do Iene")*: Extremo Oriente (Japão, os "Tigres Asiáticos", Austrália e demais países da área; em futuro próximo poderia fazer parte, de tal "Bloco", a China), sob a liderança do Japão, sendo a moeda de circulação, intra-Casa, o Iene.

Percebe-se, assim, a similaridade com a teoria das Pan-Regiões de Haushofer. Contudo, Brochard abordou o enfoque econômico (28:70). Ademais, conforme explicitado em seu livro, tal concepção geopolítica já estaria em andamento.

Também em 1991, foi apresentada a *Teoria do Limes* cujo autor é o francês Jean-Christophe Rufin. Sua idéia basilar reside no "conflito" entre os Estados ricos do Norte e os Estados pobres do Sul. Porém, o Norte ou Sul não deve ser entendido como demarcação essencialmente geográfica, e, sim, econômico-social.

Para que tal concepção pudesse ser aplicada, seria traçada uma nova fronteira, a qual chamou de "Limes", por meio da qual se procuraria impedir que os "Novos Bárbaros" invadissem o "Império" (imigração da miséria).

Outro conceito apresentado por Rufin foi o dos países "tampões": Estados localizados junto ao Sul do "limes". Ao buscar fixar suas populações, lhes seriam prestado auxílio para o desenvolvimento, visando impedir a invasão de imigrantes.

Em 1992, o estrategista Pierre Lellouche, também de origem francesa, estabeleceu a *Teoria da Incerteza (ou da Turbulência)*. A idéia-chave dessa teoria é a seguinte: após o esfacelamento da ex-URSS, e o conseqüente término do conflito leste x oeste, o século XXI se caracterizaria por uma "desordem mundial", a qual poderia durar três décadas

(até 2025). Tal desordem seria causada por revoluções nas antigas repúblicas soviéticas, explosão demográfica na África, ameaça nuclear dos "rogue states"[2], rearmamento do Japão e abertura da China.

Sobre o Brasil, explicitou Lellouche que o País deveria aproveitar-se desse cenário de turbulência para sair da estagnação, sozinho (se necessário for); com um grupo de países vizinhos (melhor); ou com toda a América do Sul (ideal) (28:73).

Em 1996, o coronel do Exército Brasileiro Roberto Machado de Oliveira Mafra desenvolveu a *Teoria do Quaterno*. Segundo o coronel Mafra, a partir do primeiro quartel do século XXI, o mundo seria dividido em quatro blocos: *Bloco Norte-Americano*: países integrantes do NAFTA[3] (EUA, Canadá e México); *Bloco Sul-Americano*: inicialmente, países sul-americanos e, posteriormente, acréscimo dos países latino-americanos da América Central, do Norte e Caribe; *Bloco Europeu*: idêntico ao da Teoria da Tríade; e o *Bloco Asiático*: da mesma forma.

O sustentáculo dessa teoria é a negação, pelos Estados latino-americanos, de tratamento inferiorizado, por parte das lideranças mundiais e outros blocos (28:82).

SEÇÃO III – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em face da globalização e dos avanços provenientes da chamada Terceira Revolução Industrial (Técnico-Científica), poder-se-ia supor que a Geopolítica estaria sofrendo uma profunda transformação e que os princípios que fundamentaram as concepções clássicas estariam a caducar. No entanto, o autor acredita que a Geopolítica continua sendo, em essência, o que sempre foi; ou seja, uma *ferramenta* apta a oferecer avaliações referentes à aplicação do Poder do Estado. Em síntese, a Geopolítica é uma ferramenta a serviço do Poder, permitindo ao Estado aplicá-la pragmaticamente.

---

[2] Estados-pária; Estados irresponsáveis.
[3] North America Free Trade Agreement (NAFTA).

No século XX, a Geopolítica inspirou a Estratégia de Poder que foi "jogada" pelas superpotências. De um lado, os EUA tinham como inspiração maior a concepção Mahaniana do Poder Marítimo; e, do outro, a então URSS embasava sua estratégia na concepção Mackinderiana do Poder Terrestre.

O fato mais recente que, no pensamento do autor, demonstra o uso daquela estratégia foi a invasão do Iraque. Neste episódio, o que se viu foi a aplicação do Poder, principalmente pelos EUA, utilizando-se dos recursos de modernas tecnologias, a fim de impor uma ordem política, com um forte viés econômico. Poder-se-ia, então, afirmar que a Geopolítica permeia a política externa e, em última análise, a ação estratégica.

Nesse sentido, países emergentes, como o Brasil, devem se movimentar no teatro mundial, orientados por uma concepção geopolítica adequada à consecução dos seus interesses nacionais.

Por fim, o estudo da Geopolítica tem relevância não apenas como "conhecimento pelo conhecimento", mas também como fonte inspiradora de linhas de ação que balizem a formulação de concepções próprias para o Brasil. Nesse sentido, o autor considera que é mister resgatar o pensamento geopolítico genuinamente nacional, valorizar os pensadores brasileiros, tais como Therezinha de Castro, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, e, ademais, incentivar a formação de uma nova massa crítica pensante, capaz de formular concepções geopolíticas livres de influências alienígenas.

CAPÍTULO 2

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

O Brasil é um país em desenvolvimento que convive, política e economicamente, não somente com os Estados circunvizinhos, mas, também, com os EUA, a Europa, países africanos, asiáticos e árabes, em um contexto de relações bilaterais e multilaterais. Desse modo, pode-se afirmar que o Brasil é um legítimo "global player".

Ao comentar-se as perspectivas de inserção internacional independente do País, é de primaz importância concatenar, inicialmente, uma visão sucinta do arcabouço ideológico do cenário mundial e dos seus mentores. Em seguida, estabelecer a imagem do panorama atual e a sua previsão para os próximos dez anos, bem como apontar os principais atores do sistema internacional que possam interagir com o Brasil.

SEÇÃO I – CENA MUNDIAL

A cena dos primeiros lustros do século XXI se caracteriza por um clima de instabilidade difusa. Destarte, não se imagina que o teatro mundial seja fruto de situações que se conformam em face de vontades intempestivas. É necessário, portanto, identificar quais são as forças mentoras do "jogo". Nada está acontecendo por acaso!

Na realidade, os eventos internacionais são produto de ações pré-planejadas por estruturas que, de certa forma ocultas, procuram ditar os destinos do mundo. Essas "elites" nada mais são que a reunião de pessoas, todas com preeminência política e econômica, mas "curiosamente" não muito citadas na mídia. Portanto, poder-se-ia dizer que os acontecimentos mundiais têm um arcabouço ideológico.

Para Jacques Perruchon de Brochard, essas "elites" são aprendizes de ditadores que se autodenominam "esclarecidos" e manejam os cordéis das instituições internacionais

como se poderia fazer para animar um fantoche ou dar vida a uma marionete (10:105).

As iniciativas desses atores, os "mundialistas", engendram-se no Conselho de Relações Exteriores – CRE (Council on Foreign Relations), no Círculo Bilderberg – CB (Bilderberg Group) e, principalmente, na Comissão Trilateral – CT (Trilateral Commission). Esses "clubes", apresentados esquematicamente no anexo A, têm procurado manter e, sobretudo, aplicar os dogmas da "doutrina" neoliberal: livre mercado (para eles), desenvolvimento (o deles) e democracia (quando conveniente).

O Conselho, criado em 1921 e com sede em New York, apresentou-se como uma "instituição educativa para o livre intercâmbio de idéias e informações" (6:29), sendo o braço americano oriundo da idéia de se criar um Instituto de Assuntos Internacionais. A partir da sua criação, esse organismo tem exercido forte influência na política norte-americana, não somente na exterior, mas, também, em boa parte da sua legislação interna[1]. O CRE é um grupo de homens, desde sua origem globalista, que tem o propósito de remover todas as barreiras econômicas entre as nações (29:31). Segundo o almirante norte-americano Chester Ward, um antigo membro, o objetivo comum é "causar a renúncia à soberania e à independência nacional dos EUA (...). Primeiramente, eles querem o monopólio das operações bancárias mundiais a partir de qualquer potência que resulte no controle da administração global" (29:35).

Em 1954, durante a Guerra Fria, surgiu o Círculo Bilderberg com quadros oriundos do Conselho, para responder a um novo contexto, ou seja, a crescente transnacionalização das grandes corporações, e poder contar com uma representação européia de projeção, na direção da expansão das concepções "mundialistas".

O Círculo continua, até hoje, realizando seus "meetings" anuais, e mantendo o perfil de sigilo das suas deliberações. A importância dessas reuniões pode ser aquilatada

---

[1] Cf. Laurence H. Shoup e William Minter, "Imperial Brain Trust. The Council of Foreign Relations and United States Foreign Policy". Monthly Review Press, 1977.

pela qualidade dos seus freqüentadores, cuja maioria é constituída por chefes de grandes corporações transnacionais, dos EUA e da Europa, tais como General Motors, General Electric, Exxon, etc (6:32).

Nos "encontros" realiza-se o intercâmbio de idéias sobre o mundo dos negócios, em um clima fechado e, sobretudo, secreto. Apesar das estritas medidas de segurança, para evitar o acesso do público e vazamento dos assuntos ali tratados, não é segredo nenhum quem deles participa (6:33).

Em 1973, foi criada a Comissão Trilateral, formada por cidadãos do Japão, de países europeus, dos EUA e do Canadá, com o objetivo de criar, conforme consta na sua "homepage" (extrato no anexo B), uma estreita cooperação entre aquelas áreas, consideradas o coração do mundo democrático industrializado, bem como compartilhar as responsabilidades do exercício da liderança no sistema internacional.

É importante citar que a criação da CT não foi um fato isolado, como à primeira vista poderia parecer. No início da década de 70, o sistema capitalista apresentava sintomas de crise e, como visto anteriormente, já existia uma conexão importante entre o CRE e o CB. Nesse contexto, os "visionários mundialistas" perceberam que era necessário agregar ao processo de controle mundial um terceiro bloco – o asiático – sob a inspiração da Teoria da Tríade. Desse modo, os "donatários" internacionais do poder estavam procurando expandir a sua influência e, portanto, a "elite" japonesa emergente deveria ser incluída. Assim, em 1972, no encontro do Círculo, "David Rockefeller propôs que se criasse um novo tipo de organização com este objetivo" (6:34).

Então, Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, que pertencem aos três clubes, lideraram a criação oficial da Comissão Trilateral, na época intitulada "uma Iniciativa Privada da América do Norte – Europa – Japão para Assuntos de Interesse Comum" (6:35).

Cabe acrescentar que, no plano das personalidades de notória preeminência

internacional, o clã dos Rockefeller e o próprio Brzezinski exercem um papel protagônico, tanto no CRE como no Círculo Bilderberg, compondo o núcleo duro pensante inicial da Trilateral e estando sempre no centro de seus processos decisórios.

É essencial assinalar, de forma sucinta, o conceito central da ideologia da Trilateral cuja idéia-força é a "interdependência". Tal concepção foi imaginada, segundo os seus ideólogos, como um corolário do sistema político-econômico internacional de então. Por isso, o crescimento rápido do comércio e das finanças internacionais conduziu a um alto grau de dependência mútua. Portanto, eventos econômicos – e choques – que ocorrem num país se transmitem rapidamente aos outros (6:84).

Nesse contexto, os países desenvolvidos se tornam cada vez mais dependentes das importações de matérias-primas dos países que se encontram na periferia do sistema internacional. Por outro lado, os centros industriais dos três blocos da "Tríade", que antes eram mais independentes uns dos outros, aumentam o seu grau de interdependência.

Não obstante, Brzezinski considerou que o sujeito promotor dessa interdependência não deve ser o Estado-Nação, pois "enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado-Nação" (6:85).

Diante disso, numa percepção do autor, fiel à linha de pensamento central da ideologia trilateralista, poder-se-ia conceber o Estado-Nação como "garantidor" do processo da interdependência; por outras palavras, o domínio político dirigido pelo domínio econômico. De outro modo, o Estado-Nação seria o "operador" da gestão da interdependência.

Dessa forma, o Estado só pode seguir sua política interna na medida em que não vá

de encontro às decisões e interesses das corporações transnacionais e das instituições internacionais que decidem sobre as políticas monetária e fiscal. O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um antecedente convincente do que significa esse desmonte do Estado-Nação, provocado pelo gerenciamento da interdependência (6:93).

Assim, o confronto político, com perfil ideológico, teria dado lugar à competição econômico-comercial não mais entre Estados, mas entre as grandes corporações transnacionais que procuram usar o Estado-Nação na defesa de seus interesses.

Nessa contextura, surge um novo capitalismo, no qual a instituição central é a grande empresa, primeiro nacional, depois mundial (3:40). O Estado-Nação subsiste apenas como elemento fiador para a ação dessas empresas.

Segundo o jornalista Robert Eringer, "muitos dos membros da Comissão Trilateral estão hoje em posições de poder, de onde podem implementar políticas recomendadas pela Comissão; medidas que eles mesmos preparam como membros da Trilateral. É por esta razão que ela adquiriu a reputação de ser o governo oculto do ocidente" (29:25).

Essa reflexão pode ser confirmada, observando-se a relação dos membros da Comissão (anexo C), na qual constam, dentre outras, atuais figuras preeminentes do governo Bush. Assim sendo, verifica-se que os três "clubes" se constituem em uma "elite" global que procura exercer o controle mundial, por meio de ações nos domínios político e econômico. No anexo D, são apresentados setores específicos sob o seu controle.

Logo, o autor entende que "organismos" como a Comissão Trilateral seriam, em sua essência, Estruturas Hegemônicas de Poder (EHP), que segundo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "é um conceito mais flexível que Estado hegemônico, pois inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração

permanente de normas de conduta; mas, no âmago dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais" (25:28). Ou seja, como explanado, anteriormente, é o Estado no seu papel de "garantidor".

Uma vez desvendado o arcabouço ideológico da cena mundial, e seus mentores, passar-se-á à visualização do teatro no qual se insere o Brasil.

O autor acredita, contudo, que o alvorecer geopolítico do século XXI ocorre, efetivamente, em 11 de setembro de 2001, a partir do ataque às torres gêmeas do World Trade Center, quando o mundo começou a experimentar a postura unilateral e hegemônica, sem qualquer limite, da hiperpotência[2].

Diante de tal quadro, e quando o capitalismo mundial começou a apresentar sinais de instabilidade, cujo sintoma maior é a crise da economia estadunidense, o estamento político dos EUA partiu para a única saída que um regime unilateralista hegemônico costuma encontrar nessas horas. "O remédio tão antigo quanto potente do capitalismo – a guerra – poderá ter suas dosagens aumentadas no futuro se os outros remédios continuarem ineficazes ou restritos" (24:72).

Assim, o orçamento militar norte-americano atingiu nível próximo ao PIB do Brasil e foram realizadas as invasões do Afeganistão e do Iraque; esta última foi realizada à revelia da Organização das Nações Unidas (ONU) e com protestos de vários países, inclusive parceiros de pretéritas ações estratégico-militares, como Alemanha e França.

Desse modo, "o cenário internacional poderia ser melhor descrito como apresentando uma unipolaridade militar (hegemonia) americana; uma multipolaridade econômica competitiva (ausência de hegemonia), composta pela chamada "tríade": Estados Unidos, Japão e União Européia e um condomínio político exercido pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas" (25:27).

---

[2] Expressão forjada pelo ex-chanceler francês Hubert Véndrinne.

Nessa linha de pensamento, poder-se-ia dizer que o poder econômico dos EUA passaria a sofrer a concorrência da União Européia, como potência emergente e unificada monetariamente, e da coordenação das políticas macroeconômica e externa dos seus países membros. O unipolarismo estratégico-militar é assim amenizado por uma espécie de multipolaridade político-econômica (3:113).

Nesse rumo, é oportuno citar uma reflexão de Emmanuel Todd, historiador francês e autor do livro "Depois do Império"[3]: "Os EUA não impediram a introdução do euro, a moeda comum que é uma ameaça muito mais considerável para os EUA do que Saddam Hussein ou Bin Laden. O euro e a integração européia são as verdadeiras ameaças para a hegemonia americana".

Como já citado, o capitalismo está em crise. O quadro é de instabilidade financeira, além da capacidade mundial de produção estar ociosa. A economia norte-americana está no limite, com um elevado déficit fiscal e, segundo alguns analistas, a Europa encontra-se "sonolenta" e o Japão "adormecido".

Desse modo, algumas mudanças emergiram, apontando para uma transformação geopolítica da Tríade: o Bloco europeu – União Européia – se consolidou e expandiu-se, sob a liderança natural do eixo Alemanha-França, em uma Europa que voltou a ter um peso geopolítico mais acentuado; a Rússia, débil economicamente, mas ainda forte militarmente, respaldada na sua importante fisionomia geopolítica e, também, voltando-se para a sua vocação européia, procurou aproximar-se do enlace Alemanha-França, conformando um possível novo eixo geopolítico; e a milenar China que se prenuncia como um possível ator geopolítico de peso no século XXI.

Diante disso, é importante assinalar, todavia, que Jacques de Brochard, no final da década de 80, já previa essa transformação quando asseverava sobre a situação das três

---

[3] TODD, Emmanuel. **O declínio do Império**. Entrevista concedida a Assis Moreira, Genebra, 4 Abr. 2003.

zonas de influência, a "triarquia monetária": "é verdade que suas economias são dominantes. Mas, como os três mosqueteiros eram quatro, estas três zonas também são quatro. A quarta é também um dirigente sem o qual nada, ou quase nada, pode acontecer. Este país, evidentemente, é a União Soviética. Agora a conta está certa" (10:138-139).

Nesse sentido, é bom lembrar que, naquela época, o líder soviético Mikhail Gorbachev realizou encontros importantes com o presidente norte-americano Ronald Reagan e, em seguida, ocorreria o desmantelamento do "Império" soviético. Será que foi um acaso histórico? Pelo exposto até aqui, neste trabalho, o autor acredita que não. Para corroborar tal pensamento, busca-se amparo em uma frase do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt: *"In politics, nothing happens by accident. If it happens, you can bet it was planned that way"*[4].

Por conseguinte, o autor julga apropriado apresentar uma antevisão da cena mundial, em uma moldura temporal de dez anos.

No plano político, a superpotência hegemônica americana ainda ostentaria elevada capacidade de projeção externa. Nem a Rússia, ainda com capacidade nuclear, nem a China poderiam, isoladamente, confrontar, efetivamente, o poderio estratégico-militar dos EUA (3:21). No plano econômico, os cenários financeiro e comercial, dominados até aqui pelo dólar, passariam a ser desafiados pelo euro. Ou seja, a União Européia, mais precisamente o eixo Alemanha-França, constituir-se-ia em um obstáculo ao domínio estadunidense da economia mundial. Ademais, é importante assinalar a iniciativa da Rússia de aproximação com o eixo franco-alemão.

É indubitável que os Estados-Nação, mormente as grandes potências, ainda permaneceriam com o poder de estabelecer suas políticas, bem como influir

---

[4] Na política nada acontece por acidente. Se algo acontece, pode-se apostar que foi planejado desse modo (tradução do autor).

incisivamente na elaboração das normas disciplinadoras das relações econômicas internacionais, mesmo no âmbito dos organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Todavia, não resta dúvida que a influência das Estruturas Hegemônicas de Poder continuaria presente.

Essas relações econômicas, permeadas pela acirrada competição de acesso aos mercados, ainda seriam impulsionadas pela competitividade e produtividade, que são, na sua essência, ferramentas fomentadoras da aptidão comercial dos países.

A persistência do flagelo do desemprego seria um problema recorrente, não se constituindo apenas numa questão econômica, mas fundamentalmente social. Por outro lado, políticas unilateralistas como o protecionismo, as práticas desleais de comércio – dumping e os subsídios ilegais – devem continuar presentes, mesmo sob a égide de organismos multilaterais como a OMC, exigindo muita atenção e capacidade de negociação dos grandes países periféricos, como o Brasil, China e Índia.

A redução da soberania dos Estados-Nação da Periferia, hoje usualmente denominados mercados emergentes, continuaria sendo um objetivo das Estruturas Hegemônicas de Poder, sob a capa da onda globalizante.

Os radicalismos, como o fundamentalismo político-religioso, principalmente dos EUA – seu criador –, bem como as tensões provocadas pelas questões das minorias étnicas e, a reboque, o recrudescimento do nacionalismo extremado exigiriam redobrada atenção dos principais atores internacionais. Nesse aspecto, o Brasil poderia desempenhar um importante papel de exemplo e mediação, devido, principalmente, ao seu espírito ecumênico antropológico.

As questões relacionadas aos fenômenos político-sociais, tais como o narcotráfico, a narcoguerrilha e o crime organizado transnacional continuariam a estar no foco da agenda internacional, até mesmo como conseqüência direta da própria globalização.

O meio ambiente e, no seu contexto, a exploração dos recursos naturais, ensejariam pressões das Estruturas Hegemônicas de Poder sobre a Periferia rica em recursos minerais, florestais, hídricos e riquezas da biodiversidade.

Ainda nesse mister, surgiria o problema dos recursos que tem impacto direto sobre o paradigma energético. A matriz de produção da energia mundial, centrada nos combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo), precisaria ser reformulada, não só pelo mal que tem causado ao meio ambiente como um todo, mas, também, pelos efeitos ecológicos danosos que provocam na estabilidade termodinâmica da ecosfera. Em acréscimo, o "ouro negro", segundo algumas estimativas de especialistas, não duraria até o fim deste século. Desse modo, como dizem os professores Bautista Vidal e Gilberto Vasconcellos "a única saída possível é a substituição dos combustíveis fósseis por outros derivados da biomassa[5], limpos do ponto de vista ecológico" (47:54).

Logo, o aspecto energético é de vital importância para o futuro das relações internacionais, pois envolve diretamente o poder de potências econômico-militares, estando no seu centro a hiperpotência hegemônica do Norte. Para aqueles autores "o Brasil – continente capaz de produzir extensivamente esses combustíveis limpos – transformar-se-ia em potência energética. Nas circunstâncias atuais, porém, os países hegemônicos tudo farão para impedi-lo. Está em jogo o seu poder" (47:54). Como visto recentemente na 2ª Guerra do Golfo (invasão do Iraque), os EUA não hesitariam em adotar ações contundentes, até de caráter militar, para a consecução dos seus objetivos.

O chamado "choque de civilizações", concebido por Samuel Huntington como um conflito potencial entre o conglomerado cristão-ocidental e a nebulosa islâmica, parece bastante improvável, pelo menos no plano das relações inter-estatais (3:22). O autor acredita que tal reflexão esteja correta, haja vista que na 2ª Guerra do Golfo não houve a

---

[5] Biomassa – forma renovável de energia, de origem vegetal, das regiões tropicais.

união do mundo islâmico para se contrapor à coalizão cristã-ocidental anglo-americana.

Portanto, o autor imagina que o cenário para o futuro decênio aponta para: a existência de apenas uma superpotência global, principalmente no campo estratégico-militar; a proliferação de crises e conflitos de natureza variadas, em especial os de caráter religioso; a multipolaridade econômica, com tendência à formação de megablocos econômicos e à decorrente competição entre eles; a intervenção de países militarmente fortes nos mais fracos por questões variadas; e a introdução, na agenda global, de temas como: meio ambiente, com ênfase na degradação causada pela exploração dos recursos do planeta; ilícitos transnacionais e questões de soberania em face do "fenômeno" da globalização.

Por outro lado, em uma síntese geopolítica, pode-se pensar que a cena mundial esteja evoluindo para um quadro em sintonia com a Teoria das Casas Monetárias (anexo E), segundo uma cronologia engenhosamente engendrada, conforme consta do anexo F.

Esse é o contexto internacional no qual o Brasil, diante da sua responsabilidade geopolítica, deverá continuar se inserindo, mantendo-se fiel à sua tradicional postura pacífica, não alinhada e não hegemônica.

SEÇÃO II – PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO

Segundo o conceito de Tocqueville[6], o Brasil preencheria, simultaneamente, as sete condições básicas para a categoria de nação emergente no âmbito das relações internacionais: superfície territorial maior que 5 milhões de Km^2; continuidade territorial; acesso direto e amplo ao alto-mar; recursos naturais estratégicos essenciais; população maior do que 100 milhões de habitantes; densidade demográfica maior do que 10 hab/ Km^2 e menor do que 200 hab/ Km^2; e homogeneidade racial (12:385).

---

[6] Alexis de Tocqueville (1805-1859): Cientista político francês que publicou a obra "Democracia na América", por meio da qual realizou uma análise profunda da sociedade e democracia norte-americanas.

Essa fisionomia geopolítica, por si só, já credenciaria o País ao desempenho de um papel relevante, envolvendo-se mais e participando intensamente, de forma protagônica, das questões internacionais.

O Brasil, portanto, tem as condições geopolíticas que lhe permitem uma plena inserção internacional, devendo, todavia, ser concebida de dentro para fora. Ou seja, o passo inicial seria no sentido de o País se fortalecer internamente. Esse fortalecimento estaria alicerçado no desenvolvimento social como um pré-requisito do crescimento econômico e condição para o pleno exercício da soberania, a qual, segundo o professor Reinaldo Gonçalves, é "a capacidade do Estado, dentro de uma probabilidade realista, de realizar a sua vontade independente da vontade e ação alheias".

Nesse sentido, o Brasil deveria compor, em âmbito interno, um projeto nacional voltado para a superação dos seus desequilíbrios. Para tal, é fundamental mudar o paradigma da política econômica que ainda segue, subalternamente, as "receitas" neoliberais do Consenso de Washington, principalmente em seus fundamentos macroeconômicos, executadas pelo FMI. Ou seja, é a perniciosa concepção de Estado mínimo que impede os investimentos na área social.

Ainda nessa linha de pensamento do fortalecimento interno, faz-se necessário conceber uma política de defesa que considere as relações entre os Estados e os sistemas políticos, regionais e internacionais, não esquecendo dos problemas atuais como o narcotráfico, o crime transnacional organizado, a atuação de atores internacionais como as ONG, e as empresas transnacionais dentre outros[7].

Nesse mister, o Brasil ainda não tem condição de desenvolver um poder militar adequado, em função dos seus desequilíbrios internos, principalmente o elevado passivo social. Não obstante, deve procurar obter um poder militar convencional, compatível

---

[7] LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e o mundo no século XXI: uma visão do Itamaraty. **Política Externa**, São Paulo, v. 5, n. 3, dez./fev. 1996.

com a sua posição de relevo regional, que pode ser visto pelos EUA como um óbice aos seus interesses nas relações hemisféricas[8].

Destarte, é juízo do autor que a inclusão internacional do País necessitaria caminhar, *pari passu*, com uma consistente integração regional, não só no âmbito econômico, mas, sobretudo, no político.

No que concerne, especificamente, às perspectivas de inserção, as expectativas devem ser imaginadas de *per si*, segundo duas dimensões básicas: política e econômica.

Assim, no campo político, é essencial que o Brasil busque se impor por meio da confirmação dos interesses nacionais e de uma proeminente participação nas relações internacionais, de forma independente (não alinhada a qualquer ator hegemônico e unilateralista), por meio de uma articulação multilateral. Nesse sentido, a assunção de uma postura independente não implicaria em evitar a cooperação no sentido da criação de normas e instituições que imponham limites à predominância de interesses, principalmente das EHP, em um contexto assimétrico de poder.

Ainda nesse campo, o Brasil tem participado dos debates da reforma da carta da ONU, quanto à ampliação do número de membros permanentes de seu Conselho de Segurança, ao qual o País está naturalmente vocacionado, como nação relevante que é no quadro dos países em desenvolvimento (3:244).

No domínio econômico, é necessário manter abertos os canais de negociação com os Estados do mundo desenvolvido, sinalizando que o Governo tem o *animus* de cumprir os compromissos e acordos internacionais, mas sem subserviência e sem sacrificar a coesão social do povo brasileiro. Tal iniciativa se constitui, também, em base sólida para a consolidação da integração regional da América do Sul. De outro modo, é preciso reduzir as vulnerabilidades externas da economia brasileira e fortalecer

---

[8] CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Brasil: a dimensão estratégica da potência regional. **Carta Internacional**. N. 80, ano VII, p. 1-3, out. 1999.

o mercado interno. A história registra que nenhuma potência econômica prescindiu de possuir um mercado interno forte e estável.

Nessa direção, o País deve aspirar ser um ator geopoliticamente relevante e não somente um "global trader", diferentemente do que pensam alguns tecnocratas obedientes ao credo neoliberal. Assim, deve participar, ativamente, de negociações internacionais em defesa dos seus interesses e dos países da Periferia, tanto políticos quanto econômicos, por meio do exercício de uma liderança virtuosa[9].

Portanto, o Brasil deve continuar sendo um legítimo "global player", partícipe que é, desde o primeiro momento, de organismos multilaterais como a ONU e a OMC, assim como outros foros regionais. Logo, para o autor, a inserção brasileira deve ser pautada pelo equilíbrio de esforços multilaterais e iniciativas regionais, de forma simultânea, nos vários tabuleiros do "jogo de xadrez" mundial, onde quer que se delibere sobre os interesses nacionais.

Outra linha de ação é a aproximação, política e econômica, de outros países continentais que possuem imensos territórios e populações (os "países-baleia"), com amplas possibilidades de crescimento e autonomia. Assim, o Brasil reforçaria a diversificação geoeconômica do seu comércio, aprofundaria relações bilaterais e cooptaria aliados para as negociações multilaterais de comércio.

Com efeito, acordos bilaterais com a China, Índia, África do Sul e Rússia são importantes ferramentas de inserção. Aliás, a idéia recente do lançamento do G3 – Brasil, África do Sul e Índia – e, futuramente, a ampliação para o G5, com as admissões da China e da Rússia, veiculadas na mídia, se revelam como ações complementares a um projeto mais abrangente de inserção do País. Esses blocos, atuando coordenadamente, tornar-se-iam frentes de resistência dos países em desenvolvimento,

---

[9] Fazer valer os seus interesses, respeitando os princípios constitucionais que têm norteado a política externa brasileira, bem como as características e especificidades dos demais países.

em foros multilaterais como a OMC, onde as Estruturas Hegemônicas de Poder procuram impor os seus interesses, por meio das potências econômicas, ou seja, os Estados "garantidores" do Norte.

Uma vez estabelecida essa visão geopolítica global da inserção brasileira, apontar-se-á, de forma sucinta, os principais atores com os quais o Brasil, ao interagir, torne efetiva a sua inclusão na cena mundial; são eles: EUA, China, União Européia, Japão, Índia e África do Sul. Entretanto, a inserção na América Austral será analisada no contexto da integração sul-americana, por se constituir em um elemento específico da geopolítica brasileira.

No caso da China, um relacionamento bilateral, sólido e consistente, tem ocorrido desde o reatamento das relações, em 1974. Ao longo de trinta anos, foi consolidado um patrimônio conjunto nos campos político-diplomático, econômico-comercial e científico-tecnológico, consagrando um padrão de cooperação modelar (23:59). Assim, na década de 90, foi montada uma parceria estratégica, segundo três vertentes principais: política, econômico-comercial e científico-tecnológica.

No campo político, em face das suas especificidades ("países-baleia"), existe uma convergência de interesses nos temas da agenda internacional. Em 2002, na vertente econômico-comercial, foi a China o maior mercado para as exportações brasileiras na Ásia, superando o tradicional parceiro (Japão), e o terceiro destino mundial dos produtos brasileiros, atrás apenas dos EUA e da Alemanha (23:66).

No domínio científico-tecnológico, o carro chefe da cooperação entre os dois países é o acordo para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (projeto CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), que começou prevendo a construção de dois satélites, o qual foi ampliado para mais dois. Nesse campo, a parceria sino-brasileira se constitui em um paradigma de cooperação para a modelagem

de uma nova forma de relacionamento entre as nações neste século (23:67).

O Bloco Europeu, agora União Européia (UE), poderia ser comparado aos EUA pela sua importância econômica. Com uma população de aproximadamente 300 milhões de pessoas, se constitui em um mercado importante, apesar das suas medidas protecionistas, principalmente no setor agrícola. Com a UE já existe um denso intercâmbio comercial e financeiro, principalmente com o eixo geopolítico Alemanha-França, liderança natural daquela união de países. No entanto, a inserção na UE pode ser ampliada, principalmente por meio da Espanha e Portugal, países que têm, respectivamente, importantes investimentos e laços culturais com o Brasil.

No caso do Japão, principal parceiro brasileiro na Ásia, a complementaridade econômica tem sofrido acentuada redução nas últimas décadas. Todavia, permanece como um sítio de interesse, até porque ainda existem importantes fluxos econômicos entre ambos os países, e o Brasil não deve dispensar o aporte de investimentos diretos produtivos nipônicos.

Com a Índia, apesar do distanciamento, é importante estabelecer um relacionamento bilateral consistente, podendo se constituir em importante parceiro em foros multilaterais. Seu desenvolvimento, em áreas como a nuclear e de software, é um atrativo para a fixação de outra parceria estratégica, nos mesmos moldes que a da China.

A África é um continente abandonado pelo Brasil nos últimos anos, segundo alguns estudiosos. No entanto, países como a Nigéria e Angola despertam uma certa atração pela herança cultural que os une ao Brasil, além das suas possibilidades como parceiros comerciais, sobretudo como exportadores de petróleo e gás natural. Já a África do Sul, pela sua força geopolítica, merece atenção como uma porta de entrada para a inserção brasileira. De outro modo, sua importância estratégica é singular, ainda mais no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS). Como disse o

chanceler Celso Amorim, "política externa se faz olhando para o futuro, para a projeção do Brasil. E, nessa projeção, nossos interesses na África vão aumentar"[10].

Para o autor, as relações com os EUA continuam sendo, sem dúvida, muito difíceis em face do seu tradicional unilateralismo. No entanto, tal situação não deve impedir que o Brasil lhe atribua alta prioridade na sua agenda internacional, tanto nas relações bilaterais como no âmbito de organismos multilaterais.

O País, apesar das assimetrias que performam essas relações, deve assumir uma atitude autônoma, consentânea com o seu peso geopolítico e inerente a um Estado soberano, procurando estabelecer um diálogo franco e firme, com uma postura realista e pragmática. Nesse sentido, é preciso identificar as áreas de convergência, sem, contudo, implicar em um alinhamento inconsciente. Com efeito, o principal embate geopolítico com os Estados Unidos se dará, provavelmente, no contexto da ALCA.

Portanto, a inserção internacional do Brasil deve pautar-se nos princípios fundamentais previstos no artigo 4º da Constituição Federal, dentre os quais destacam-se a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a igualdade entre os Estados.

SEÇÃO III – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A cena mundial atual é bastante complexa, conformada em torno das Estruturas Hegemônicas de Poder, ainda controlada pela Tríade, num contexto no qual fica patente a simbiose dos interesses nacionais com a hegemonia das grandes corporações transnacionais, orquestrada pelas "elites".

No cenário futuro, para os próximos dez anos, ainda persistiria a Ordem Mundial globalizada; multipolar, no enfoque econômico-comercial, e unipolar, no aspecto político-estratégico. A influência dos três "clubes" (CRE, Círculo Bilderberg e

---

[10] AMORIM, Celso. **Demanda por Lula é muito maior que a oferta**. Entrevista concedida a Ana Maria Tahan e Luiz Orlando Carneiro, Brasília, 24 Jul. 2003.

Comissão Trilateral) ainda estaria presente, tutelada pela "doutrina" neoliberal, mas apontando para uma possível evolução de um mundo dividido em quatro zonas monetárias (Teoria de Jacques de Brochard). Ademais, vislumbra-se que o "jogo" será jogado pelo Brasil, de forma mais contundente, nos seguintes tabuleiros: ALCA, MerCoSul, União Européia e OMC.

A inserção internacional do Brasil é, portanto, uma imposição geopolítica, embasada na percepção de que é um ator importante da política mundial. Todavia, devem ser consideradas as possibilidades de cooperação bilateral, em um contexto multilateral permeado por assimetrias de poder, porém sem alinhamentos automáticos com países unilateralistas. Nesse sentido, o País deve assumir uma postura afirmativa, procurando se inserir pacificamente, e sem ímpetos hegemônicos, desfrutando, assim, da decorrente credibilidade necessária à sua projeção no sistema mundial.

Portanto, duas primazias poderiam ser estabelecidas: o continente americano e, mais especificamente, o entorno imediato, a América do Sul. Tais prioridades são o corolário dos conceitos geopolíticos basilares de espaço e posição, segundo os quais se identificam, naqueles ambientes geopolíticos, dois pólos essenciais aos interesses do Brasil, ou seja, os EUA, no contexto da ALCA e a Argentina, no teatro do MerCoSul.

Acredita o autor, finalmente, numa abrangente linha de ação geopolítica que orientaria a inserção internacional independente do Brasil: *A inclusão internacional do País deve ser alcançada sem alinhamentos inadequados à sua índole ecumênica, mas sem desconsiderar as possibilidades de cooperação bilateral, em contextos multilateral e regional, devendo procurar ampliar e aprofundar sua presença em todos os foros relevantes, posicionando-se, de forma marcante, nos centros de decisão mundiais.*

CAPÍTULO 3

A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Um processo de integração deve ser norteado por interesses e objetivos comuns dos distintos atores, em um ambiente de concertação e cooperação.

Nesse sentido, o Brasil, enquanto Estado soberano, com vontade e capacidade de desempenhar um papel proeminente no cenário regional, deve manifestar-se por meio de uma geopolítica de espírito agregador, buscando atingir seus objetivos, sem o concurso de ações unilaterais ou individuais.

No sentido de discorrer sobre as perspectivas dessa integração, far-se-á o esboço do contexto sul-americano, em reduzida dimensão e com sucinta digressão histórica. Em seguida, serão citados os fatores positivos e negativos, realçada a função do Brasil e, por fim, apontadas as linhas de ação orientadoras do projeto geopolítico do País, como principal pólo desse processo.

SEÇÃO I – O CONTEXTO SUL-AMERICANO

A América do Sul tem uma área maior que a de qualquer país do mundo. A sua população, de cerca de 355 milhões de habitantes, representa quase 6% da população mundial[1]. A maior parte dessa massa humana é de origem ibérica, que pelas suas características antropológicas comuns, e um passado histórico compartilhado, conduziriam a uma homogeneidade que facilitaria o processo integracionista.

O espaço sul-americano dispõe de recursos naturais, ocupando posição de relevo na produção de diversos itens, bem como da maior área agricultável do mundo, com exceção das terras altas dos Andes e do deserto de Atacama (20:10).

---

[1] ALMANAQUE Abril: a enciclopédia da atualidade. São Paulo: Ed. Abril, 2003. 1 CD-ROM. Windows 95 ou superior

Na América Austral, as duas vertentes oceânicas que contribuíram para a implantação de áreas geopolíticas neutras predispuseram os países a viverem de costas uns para os outros, levando-os a uma dissociação econômica e psicossocial (13:7).

Mesmo dispondo de um PIB de aproximadamente US$ 1,25 trilhão[2], a realidade econômica da América do Sul é o seu maior desafio. No entanto, seria possível retomar o crescimento sustentado, principalmente se o processo de integração fosse exitoso.

Nos últimos anos, tem sido alcançado progresso no sentido de suplantar as diferenças e os conflitos intra-regionais territoriais. Nesse aspecto, merece especial menção o empenho com que os países têm buscado o entendimento, no sentido de superar as divergências relativas às áreas de tensão fronteiriças, que podem constituir-se em óbice à coesão interna e, por conseguinte, à sua integração.

A atual conformação geopolítica e geoeconômica da América do Sul seria fruto, de certa forma, de algumas iniciativas levadas a termo preteritamente. Não obstante, com o surgimento de uma mentalidade de unidade regional, a integração sul-americana já vinha sendo buscada, sem êxito, embutida no processo latino-americano.

Em que pese a idéia da integração, como objetivo político, ter sido iniciada em 1824 quando Simon Bolívar convocou o Congresso do Panamá, pode-se apontar que tal esforço somente começou a surtir efeito prático, efetivamente, a partir da segunda metade do século XX. Os países latino-americanos, cientes das suas dificuldades econômicas e carentes da ajuda dos países desenvolvidos, criaram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, que foi substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Os membros da ALADI, com uma visão mais pragmática, não estabeleceram metas. Contudo, se objetivou estabelecer, em primeira instância, uma área de preferências

---

[2] ALMANAQUE Abril: a enciclopédia da atualidade. São Paulo: Ed. Abril, 2003. 1 CD-ROM. Windows 95 ou superior

econômicas como precursora de um mercado comum. Adicionalmente, se procurou estimular ações entre os partícipes, visando incentivar a sua integração econômica, não perdendo o foco da realidade regional. A ALADI, apesar da sua atuação discreta, colaborou para a elevação do volume do comércio intra-regional (20:24-25).

A primeira iniciativa que considerou, por inteiro, a América do Sul ocorreu em 1990, quando foi lançada a idéia afirmativa do Governo do Brasil, que ainda não vingou, de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que congregasse os países do cenário americano meridional. Assim, na VII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio (GRIO)[3], realizada em outubro de 1993, Itamar Franco assim se manifestou sobre a ALCSA: "resultaria da articulação entre os processos em curso do MerCoSul, da iniciativa Amazônica e do Pacto Andino. Necessitará, igualmente, da participação fundamental do Chile (...)". Um dos méritos dessa concepção, no juízo do autor, é ser voltada geopoliticamente para os países sul-americanos e, ademais, constituir-se no primeiro "insight" da Teoria do Quaterno.

Embora não seja um organismo composto apenas por países sul-americanos, o GRIO tornou-se o principal foro de diálogo e concertação política da América Latina; todavia suas resoluções não têm caráter obrigatório, pois não possui regulamentos. Assim, se constitui em um teatro político para uma verdadeira diplomacia presidencial, contribuindo, de alguma forma, para a integração sul-americana.

Hoje, a América do Sul conforma-se em três espaços geopolíticos, com seus respectivos blocos geoeconômicos: *Cone Sul* – Mercado Comum do Sul (MerCoSul): Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, além de Chile e Bolívia (membros associados); *Região dos Andes* – Comunidade Andina de Nações (CAN): Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; e o *Arco Amazônico* – Organização do Tratado de

---

[3] Grupo do Rio (GRIO): Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política que foi criado, em 1986, no Rio de Janeiro, como resultado da fusão do Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Uruguai e Peru).

Cooperação Amazônica (OTCA): Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Como resultado da insatisfação dos países da região Andina com o desempenho da ALALC, surgiu, em 1969, o Pacto ou Grupo Andino (GA), firmado por meio do Acordo de Cartagena. Em 1973, a Venezuela aderiu ao Grupo, mas, por outro lado, o Chile retirou-se em 1976. O que levou aqueles países a essa iniciativa foi a crença de que poderiam, por pertencerem a uma sub-região mais homogênea, avançar positivamente no processo de integração (20:25).

Apesar de um início promissor, o GA praticamente estagnou-se e deu origem ao que hoje é a CAN (segundo bloco geoeconômico da América do Sul), em face das alterações do quadro mundial e do esforço de seus membros na busca de mecanismos que pudessem incrementar a integração sub-regional. Além disso, por ser um ator com personalidade jurídica de direito internacional, a Comunidade tem se constituído em um parceiro importante do MerCoSul e, também, isoladamente do Brasil (16:193).

Recentemente, confirmando a vontade integracionista, na 14ª Reunião de Cúpula da CAN foi fixada a intenção positiva na direção do estabelecimento de uma zona de livre comércio, entre esse Bloco e o MerCoSul, até o final de 2003. Esse empreendimento vai ao encontro do seguinte pensamento do general Meira Mattos, o qual, no entendimento do autor, se alinha com a Teoria do Quaterno: "aproveitando-se as estruturas regionais já existentes, seria um primeiro passo integrar o MerCoSul ao Pacto Andino, realizando o velho sonho de todos, de terem acesso comercial aos mercados do Atlântico e do Pacífico" (34:102).

Migrando-se o foco para o extremo boreal, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi, por iniciativa do Brasil, decorrência da necessidade de se institucionalizar e orientar o processo de cooperação naquela região. Desse modo, em 3 de julho de 1978,

foi firmado, em Brasília, o acordo que tem como seus membros os países amazônicos.

O Tratado é, na realidade, um amplo "acordo-quadro" no qual, dentre os fatores que estimularam a diligência brasileira, destaca-se a convergência de posições políticas do País com os demais Estados amazônicos. O TCA se inspira em cinco princípios gerais, ressaltando-se, porém, três deles: não ser aberto a adesões, ou seja, é de competência exclusiva dos países da região; a absoluta igualdade entre as partes; e a preocupação com a utilização e conservação dos recursos naturais, visando o equilíbrio e a harmonia entre a ecologia e o desenvolvimento econômico.

No final de 2002, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como conseqüência de uma decisão tomada pelos países membros, em 1998. Tal iniciativa teve o propósito de fortalecer e reorientar o TCA, dando-se-lhe maior estatura jurídica no concerto internacional.

A ação diplomática brasileira de fomentar, de forma moderada e confiável, a composição dos países amazônicos, primeiro no TCA e depois na Organização, foi uma iniciativa de alta envergadura geopolítica, pois trouxe os países que poderiam cair na malha caribenha para a órbita de influência do Brasil. Cabe assinalar que, em 1969, os países andinos, na sua maioria também amazônicos, já haviam se juntado ao GA.

Outro aspecto importante é o contraponto geopolítico que a OTCA pode fazer às inserções alienígenas na região, como a dos EUA, por conta das suas ações em face do problema do narcotráfico, principalmente na Colômbia. Ademais, o autor acredita que a criação da Organização (OTCA) dará novo impulso à integração amazônica.

O MerCoSul tem sua origem na iniciativa de criação de uma União Aduaneira Brasil-Argentina, em 1940. Mais recentemente, em 1986, foi arquitetado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), como uma medida de contenção ao protecionismo que surgia no horizonte da formação dos blocos que despontavam com a

globalização. O grande mérito do PICE foi criar uma nova realidade política entre Brasil e Argentina, que passou a orientar a relação entre os dois países; ou seja, a harmonia e a cooperação suplantam pretéritas rivalidades (20:30).

Em julho de 1990, Brasil e Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires, por meio da qual resolveram acelerar o processo para a criação de uma zona de livre comércio, até dezembro de 1994, a fim de abolir as barreiras tarifárias e não tarifárias.

Ainda em 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a se incorporar ao processo de integração do Cone Sul e, posteriormente, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção (TA) que instituiu o MerCoSul.

Em dezembro de 1994, após um período de transição, foi assinado, em Ouro Preto – Brasil, um Protocolo que estabelecia um programa de desmantelamento gradual das barreiras entre os países, bem como uma estrutura institucional. Permitiu, também, que o MerCoSul adquirisse personalidade jurídica de direito internacional, criando condições para que negociasse, como bloco, acordos internacionais. Esse Ato teria sido, na realidade, uma reação concebida pela diplomacia brasileira contra a Conferência de Miami, convocada por Bill Clinton para lançamento da ALCA.

Em janeiro de 1995, implantou-se a União Aduaneira e o comércio saltou para 20 bilhões em 1998, índice recorde, até então, do intercâmbio entre os países. Desde 1994, o Chile e a Bolívia passaram a fazer parte do MerCoSul, na qualidade de parceiros associados, e seus presidentes tornaram-se freqüentadores das reuniões de cúpula.

O MerCoSul experimentou um processo evolutivo importante, tendo inclusive firmado acordos de livre comércio e cooperação com: a União Européia em 1995; o Chile e a Bolívia, em 1996; e a CAN, em 1998. Entretanto, ocorreram crises nos países membros e, em decorrência desses surtos de instabilidade, houve, na década de 90, períodos de incerteza. Por outro entendimento, as crises também podem oferecer

oportunidades de avanço aos processos integrativos, gerando respostas conjuntas a desafios que são, em sua essência, comuns (3:171).

Em 2001, o colapso da economia argentina afetou as exportações dos demais integrantes do MerCoSul, em especial o Brasil. Na seqüência, enquanto o Paraguai se enredou em dificuldades políticas, as economias brasileira e uruguaia viveram suas próprias turbulências, comprometendo as metas de crescimento do Bloco.

O autor considera serem promissoras, hoje, as perspectivas de integração. Com o fortalecimento do processo democrático no Brasil e na Argentina, e a busca pela estabilidade política e econômica dos demais países membros, se aponta para uma retomada do MerCoSul.

Com esse fim, foi realizada a 24ª Reunião de Cúpula, em junho de 2003, na qual os chefes de Estado estabeleceram um programa de trabalho ("Objetivo 2006") para consolidar o livre comércio e a União Aduaneira, bem como explorar a convergência política, cultural e física, confirmando a tendência de priorização da integração do Bloco. Foi lançada, também, a idéia da criação do Parlamento do MerCoSul. Cabe assinalar, por oportuno, que nessa "Cúpula" houve a participação do presidente da Venezuela que manifestou, então, a intenção de associação desse país. Ademais, é digna de nota a associação do Peru ocorrida em agosto deste ano.

Naquela ocasião, o presidente brasileiro expressou que é necessário "ir além da discussão sobre aspectos aduaneiros", e também comentou que "faltava ao MerCoSul uma dimensão política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas". Assim, se percebe, nitidamente, que ganha força o viés político do Bloco, não devendo se restringir a questões econômico-comerciais.

O Chile seguiu um caminho independente. Contudo, há hoje em dia a percepção de que o fortalecimento das relações bilaterais Brasil-Chile pode gerar um clima de

confiança, bem como tem havido o entendimento de que uma maior integração no subcontinente sul-americano lhes seria benéfica (16:192). O fato de não possuírem interações geográficas de fronteira não impede que os dois países mantenham relações amistosas e produtivas.

A iniciativa de implementação da Área de livre Comércio das Américas (ALCA), embora tenha impacto no cenário sul-americano, será tratada no próximo capítulo.

Após a configuração do contexto sul-americano, passar-se-á à identificação das perspectivas de integração.

SEÇÃO II – PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO

O atual Governo brasileiro resolveu atribuir alta prioridade, em sua política externa, à integração da América do Sul, transformando-a, inclusive, em um projeto político que, na realidade, em uma reflexão mais ampla do autor, é de natureza geopolítica. Essa iniciativa, não obstante, tem abrigo no artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal[4]. Por outro lado, no domínio do pensamento geopolítico, encontra amparo na reflexão do general Golbery do Couto e Silva quando assevera que "a geopolítica (...) serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calcadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à Política Nacional (...)" (43:166).

Hoje, empreendimentos como os três blocos (MerCoSul, CAN e OTCA) se constituem em importantes instrumentos de concertação regional. Nesse sentido, as perspectivas de integração se revelam promissoras, conforme visto pelas suas recentes resoluções. Ademais, existem outros fatores que concorrem no sentido de fortalecê-la, mas, por outro lado, alguns podem contribuir para o seu enfraquecimento.

O fator positivo fundamental é a vontade política que tem se firmado pela

---

[4] Artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal, *in verbis*: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

realização de reuniões de cúpula e encontros bilaterais, envolvendo os presidentes dos doze países da América do Sul, tendo o Brasil desempenhado o papel central nessas ações. As "Cúpulas", portanto, são importantes instrumentos de harmonização visando o estabelecimento de uma agenda comum, considerando-se que a proximidade geográfica e a comunhão de valores deságuam em um clima de harmonia e cooperação.

Nesse sentido, as declarações dos presidentes do Brasil e Argentina (eixo geopolítico basilar do MerCoSul), por ocasião da 24ª Reunião de Cúpula, reafirmando a prioridade do Bloco nas suas políticas externas, confirmaram a dimensão política da vontade pela integração. Com efeito, a firme disposição da CAN em concretizar com o MerCoSul um acordo de livre comércio, até o final de 2003, é uma clara demonstração, na opinião do autor, de que a integração está no rumo.

No campo da energia, iniciativas como as hidrelétricas de Itaipu e Corpus; os gasodutos Brasil-Bolívia, Argentina-Chile e Bolívia-Argentina; os oleodutos Colômbia-Equador e Argentina-Chile; e o fornecimento de petróleo da Venezuela e Argentina para o Brasil são fatores contribuintes. No futuro, o comércio de combustíveis limpos derivados da biomassa poderia incrementar essa integração energética.

Ademais, as características antropológicas comuns dos povos da América do Sul contribuem para o fortalecimento da coesão interna e para a sua integração.

Todavia, é no domínio econômico que os maiores avanços tem sido alcançados. Nesse sentido, outros fatores contribuintes, de monta, podem ser citados, tais como os acordos comerciais firmados entre dois ou mais países sul-americanos e o incremento do comércio intra-regional. Por outro lado, a juízo do autor, o alinhamento do MerCoSul com a CAN pode ser pensado como um embrião para um futuro Bloco Sul-Americano (Teoria do Quaterno), de maior densidade geopolítica.

Em sentido contrário, existem fatores que poderiam enfraquecer a integração. A

existência de alguns pontos de tensão na América do Sul podem gerar instabilidades. Tal situação impõe atenção e, quando necessário, uma atuação ativa de todos os Estados sul-americanos. Por outro lado, a solução de contenciosos, pela via pacífica da diplomacia, tem sido coroada de êxito, mas ainda existem focos de fricção política, por litígios de natureza territorial. São exemplos, as controvérsias fronteiriças que envolvem a Venezuela, tanto com a Colômbia como com a Guiana (Essequibo); a Cordilheira do Condor, que envolveu, há pouco tempo, Peru e Equador; e a permanente questão da Bolívia com o Chile, envolvendo o objetivo nacional permanente boliviano de acesso ao mar.

É notório que os dois maiores obstáculos geográficos à integração física são a Amazônia e a Cordilheira dos Andes. Portanto, o enlace dos espaços geográficos, por meio da vinculação da infra-estrutura dos países, é vital. Assim, a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul - IIRAS - é uma ação que se contrapõe àquelas barreiras.

Os ilícitos transnacionais envolvendo o crime organizado, o narcotráfico e a narcoguerrilha, se constituem em óbices relevantes, até porque, diante deles, foi concebido e implantado, pelos EUA, o Plano Colômbia, o qual, mais recentemente, evoluiu para a Iniciativa Regional Andina (IRA)[5]. Tal diligência estadunidense tornou-se um fator de preocupação pela sua forte presença militar nessa região e, por si só, se coloca como um potencial obstáculo ao processo de integração.

Quanto à ALCA, é importante aduzir que torna-se um virtual óbice para qualquer outra iniciativa de integração regional, haja vista ser uma questão de Estado para os EUA.

A integração sul-americana somente será totalmente coroada de êxito se houver

---

[5] A IRA é uma iniciativa lançada em 2001, pelos EUA, em substituição ao Plano Colômbia, que inclui ajuda à Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, Venezuela e Panamá para financiar um plano de luta contra as drogas e o desenvolvimento econômico.

estabilidade política em uma ambiência onde prevalecem regimes democráticos estáveis. A iniciativa do Governo brasileiro da constituição do Grupo de Amigos da Venezuela, quando da crise institucional daquele país, demonstrou o empenho do Brasil nesse sentido. Por outra via, a recente transição de poder, demonstrando uma sólida estabilidade das suas instituições democráticas, credenciam o País a servir de exemplo para o concerto político da América do Sul.

Nesse rumo, em face da sua fisionomia geopolítica, o Brasil tem a obrigação de assumir, sem vacilações e de forma explícita, a função de principal articulador do processo integracionista, exercendo uma liderança consentida e virtuosa, como um dos fundamentos para a sua política externa.

Diante disso, apesar das assimetrias latentes entre os países da América do Sul, a inserção do Brasil não deve ser hegemônica, mas eivada de um sentimento de generosidade pragmática. Ou seja, fazendo valer os seus interesses, porém respeitando os princípios constitucionais que têm norteado a política externa brasileira, bem como as características e especificidades dos demais Estados.

A integração sul-americana, uma das tenazes geopolíticas de inserção internacional do Brasil, com caráter regional, se insere na idéia defendida por Lysias Rodrigues, quando disse que o País "devia ser o coordenador do pivot em torno do qual tem de girar todos os problemas deste continente sul-americano, devendo criar na América do Sul um núcleo geopolítico poderoso, homogêneo, sob a sua chefia política".

SEÇÃO III – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os países sul-americanos, atuando como um bloco geopolítico unido e coeso, devem buscar afirmar-se política e economicamente, saindo da situação periférica de um contexto internacional instável e difuso.

Para tal, a única saída, não resta dúvida, é a consecução da regionalização por meio da integração dos países da América do Sul, concatenando esse processo de forma a valorizar as potencialidades de cada país, suplantando as divergências intra-regionais e, sobretudo, preservando os seus "espaços de soberania". No entanto, para que esse intento se efetive é necessária a realização de esforços por parte de todos os países sul-americanos, a fim de reduzirem suas vulnerabilidades e seus possíveis contenciosos.

Diante do exposto e por razões óbvias de caráter geopolítico (posição e importância do Brasil no espaço geográfico meridional americano), a área natural de ação político-diplomática do País é a América do Sul. Portanto, a adoção de uma postura destacada no teatro sul-americano, vai ao encontro da opinião de Therezinha de Castro de que "o Brasil deve ser o múltiplo vetor continental".

Nesse sentido, pensa o autor que as iniciativas do atual Governo devem prosseguir e serem intensificadas, com o MerCoSul constituindo-se no núcleo duro e pólo difusor do processo integracionista; e, em um segundo movimento, devem fomentar a formação de um bloco regional maiúsculo, o Bloco Sul-Americano, concepção alinhada com a Teoria do Quaterno. Tal Bloco, formado pela "Tríade Geopolítica Sul-Americana (TRISA)" – MerCoSul, CAN e OTCA –, conformaria uma "Frente de Resistência Geopolítica (FRG)" contra possíveis inserções alienígenas, a fim de garantir a soberania dos países da América do Sul.

Como corolário das reflexões expostas neste capítulo, pode-se elencar as seguintes linhas de ação, orientadoras de um projeto geopolítico para o Brasil: *Assumir, sem vacilações, a função de aglutinador e condutor das vontades políticas, no contexto sul-americano; Contribuir para o aprofundamento e ampliação do MerCoSul, visando estreitar os laços com a CAN, OTCA e Chile, tornando-o, assim, institucionalmente mais forte e capaz de fazer valer os interesses dos seus países membros e associados;*

Contribuir para o fortalecimento da capacidade negociadora do MerCoSul com os EUA, principalmente na ALCA, e com a União Européia; Promover, a seguir, a formação de um bloco geopolítico sul-americano nucleado na "TRISA"; Coordenar a "FRG", com firmeza e pragmatismo, após a conformação do referido bloco; Manter-se como um baluarte na defesa dos interesses sul-americanos, no processo de negociação da ALCA; Continuar participando, de forma positiva, do GRIO; Contribuir para a formulação de uma consistente agenda regional; Sempre que conveniente aos interesses do País, negociar acordos bilaterais; Contribuir para a manutenção da estabilidade político-institucional dos países sul-americanos, respeitando o princípio da não-ingerência; Mediar conflitos, caso aconteçam contenciosos entre quaisquer dos países sul-americanos; Fomentar a efetiva implementação da IIRAS, contribuindo, assim, para a vinculação da infra-estrutura e, conseqüentemente, para a integração física da América do Sul; e Promover a formulação de mecanismos que se contraponham às inserções estranhas à região, como a presença norte-americana, fruto da IRA.

Ao executar as ações traçadas nessas linhas de ação, o País estaria contribuindo para conferir à América do Sul maior proeminência geopolítica.

Enfim, é pensamento do autor que, para o Brasil, a integração sul-americana, inserida no contexto da América Latina, é um dever constitucional[6] e, sobretudo, um mandamento geopolítico.

---

[6] Artigo 4°, parágrafo único, da Constituição Federal, *in verbis*: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

CAPÍTULO 4

INSERÇÃO HEMISFÉRICA

Na opinião do autor, o hemisfério ocidental, sob o ponto de vista geopolítico, resume-se ao continente americano, no qual o Brasil espontaneamente já se insere.

Portanto, a inclusão hemisférica do País, uma de suas prioridades geopolíticas, é um processo contínuo, e uma projeção natural que se impõe, *vis-à-vis*, ao processo de integração sul-americana. Logo, o teatro compulsório dessa iniciativa é a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), até porque o Brasil reafirmou o *animus* de continuar participando do seu processo de negociação, conforme compromisso assumido pelo presidente brasileiro, em junho de 2003.

Assim, para que se possa aquilatar os riscos dessa inserção diante da influência hegemônica dos Estados Unidos, é de fundamental importância se reconhecer, de forma resumida, os valores que têm norteado a formulação da política externa estadunidense.

SEÇÃO I –A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Os valores inspiradores da política externa dos EUA e das suas decorrentes estratégias, nas três últimas décadas, serão desvendados fazendo-se a conexão com as concepções geopolíticas que lhes são consentâneas.

Após a 2ª Guerra Mundial, a então URSS, provavelmente inspirada na Teoria de Mackinder[1], buscava a conquista da Ilha do Mundo, já tendo, de alguma forma, subjugado o Coração da Terra (Heartland), em virtude da sua projeção geopolítica na Europa Oriental. Para os EUA, o presidente Truman, influenciado por George F. Kennan, estabeleceu, em 1947, a sua doutrina política que tinha como idéia-força a

---

[1] Teoria do Poder Terrestre: Quem dominar a Europa Oriental, comandará o Coração da Terra (Heartland); quem dominar o Heartland, comandará a Ilha do Mundo (Europa, Ásia e África); e quem dominar a Ilha do Mundo, comandará o Mundo.

contenção do expansionismo bolchevique.

A estratégia concebida por Kennan (a contenção, na periferia, da ex-União Soviética) tinha como inspiração a Teoria das Fímbrias, a qual preconizava a conquista das orlas (Rimland) da Ilha do Mundo, com o propósito de isolar geopoliticamente a potência continental. Assim, esse confronto geopolítico, mais conhecido como conflito Leste x Oeste, se desenvolveu durante cerca de quatro décadas. Na maior parte desse período, os Estados Unidos detiveram uma nítida hegemonia econômica e, por larga margem, a proeminência político-estratégica sobre as lides internacionais (3:69).

Ao fim daquele conflito, os EUA estabeleceram, na década de 90, a Doutrina Clinton, alicerçada na Teoria da Tríade. Assim, foi elaborada uma nova concepção político-estratégica, inspirada pelo sentimento de proeminência e supremacia, exacerbando uma onipotente hegemonia que o esfacelamento da ex-URSS incitava.

Nesse sentido, foi lançada, em fevereiro de 1996, a Estratégia de Segurança Nacional de Envolvimento e Ampliação (National Security Strategy of Engagement and Enlargement – NSS-EE) cujos três principais objetivos seriam: incremento da segurança com o emprego de forças militares que estivessem prontas para lutar com eficiência no exterior; revitalização da economia; e a promoção da democracia. Ou seja, mudar-se-ia o paradigma estratégico, ampliando-o para além da dimensão militar, dando-se destaque ao domínio econômico.

Assim, pelo seguinte fragmento da NSS-EE ficaria patente o seu espírito: "esses objetivos são alcançáveis desde que esteja assegurado que a América permanecerá envolvida no mundo e com a ampliação da comunidade de nações seguras, de livre mercado e democráticas". Percebe-se que embutida nessa concepção residiria a ideologia da Comissão Trilateral – a interdependência entre os Estados.

Logo, a projeção da hegemonia norte-americana no cenário mundial, segundo a

concepção estratégica de Clinton, dar-se-ia em três grandes áreas de livre comércio: a saber: *América* – inicialmente no âmbito do North America Free Trade Agreement (NAFTA) e, posteriormente, na ALCA; *Europa* – Mercado Transatlântico; e *Ásia* – Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC). Tal projeção teria como sustentáculos econômicos o FMI, o Banco Mundial e a OMC os quais, na opinião de Ignacio Ramonet[2], encarnam o verdadeiro "eixo do mal".

Portanto, é nessa linha de pensamento que a iniciativa da ALCA, um dos três tentáculos que comporiam a grande estratégia de inserção hegemônica mundial dos EUA, ganha *status* de projeto de Estado. Ademais, seria o instrumento de projeção geopolítica e geoeconômica da hiperpotência, no teatro que sempre considerou como seu espaço vital[3] – o continente americano.

Assim, a estratégia de Clinton poderia ser caracterizada como eclética, pois temperou a prática da cooperação e do multilateralismo, principalmente no campo econômico (idealismo pragmático - soft power), com ações unilaterais, sobretudo na dimensão militar (realismo contundente - hard power), mantendo, todavia, a sua vocação hegemônica manifesta, que poderia ser sintetizada nas palavras do secretário de defesa William Perry, quando do primeiro mandato, "prevenir, dissuadir, derrotar". Na realidade, "Clinton buscou associar a hegemonia norte-americana a um padrão liberal e democrático, sustentando seu poder em uma série de parcerias e instituições multilaterais" (48:79); ou seja, segundo analistas, uma hegemonia consensual.

Por ocasião da campanha eleitoral, da qual George Bush (filho) saiu vitorioso, já se vislumbrava uma forte guinada na política externa norte-americana, quando os republicanos criticavam abertamente a linha da cooperação, do idealismo e do multilateralismo trilhada por Clinton.

---

[2] Diretor Geral de Le Monde Diplomatique.
[3] Os EUA, fiéis à Doutrina Monroe, nunca admitiram interferências alienígenas no continente americano, seu "feudo geopolítico".

Na índole da mudança, verifica-se, pelos seguintes fragmentos, como se manifestou Condoleezza Rice, futura assessora de segurança nacional, em seu artigo programático *Promovendo os interesses nacionais*: "(...) os Estados Unidos e seus aliados estão do lado certo da História"; "acordos e instituições multilaterais não devem constituir fins em si mesmos"; e (...). Os valores norte-americanos são universais" (39:84-87).

Na mesma linha reflexiva, Robert Zoellick, futuro USTR[4], escreveu: "uma das principais tarefas do próximo presidente dos Estados Unidos será arregimentar o apoio do povo para uma estratégia que irá moldar o mundo de forma a proteger e promover os interesses e valores dos Estados Unidos nos próximos 50 anos" (49:69). Assim, é nítida a vocação fundamentalista e etnocêntrica da política externa estadunidense. Ademais, poder-se-ia apontar que foi inspirada, a grosso modo, na Teoria da Tríade, congruente, em linhas gerais, com a Teoria da Incerteza, de Pierre Lellouche.

Por conseguinte, os EUA procuram atingir os objetivos traçados pela doutrina política de Bush, por meio da atual Estratégia de Segurança Nacional (NSS), derivada primeira do atentado de 11 de setembro de 2001. Logo, com o intuito de firmar o entendimento do "Norte geopolítico bushiano", busca-se amparo na própria NSS.

No campo político-militar, poderiam ser citados os seguintes fragmentos: "Os Estados Unidos há muito defendem a alternativa das ações preventivas no combate ao que possa se constituir numa ameaça suficiente a nossa segurança nacional; e (...) Para nos defendermos ou para evitarmos os atos hostis de nossos adversários, os Estados Unidos irão, se necessário, agir de forma preventiva" (11:94). É nesse contexto que esse país, ao invadir o Iraque, no primeiro semestre de 2003, fez uso da aberração estratégica da guerra preventiva.

No domínio econômico, são transparentes as seguintes assertivas: "As lições da

---

[4] United States Trade Representative (Encarregado do comércio exterior).

história são claras: as economias de mercado, economias que não sejam comandadas e controladas pela mão pesada do governo, são o melhor caminho para gerar prosperidade e reduzir a pobreza"; e "O retorno a um forte crescimento econômico na Europa e no Japão é de importância vital para os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos. Queremos que nossos aliados tenham economias fortes para seu próprio bem, para o bem da economia global, e para o bem da segurança global" (11:96).

De outra forma, na linha de pensamento da Teoria da Incerteza, segundo a qual haverá uma "desordem mundial" que poderá se estender até 2025 (28:73), verifica-se que essa desordem se conformaria em face, principalmente, dos radicalismos e das tensões provocadas pelas questões das minorias étnicas, do reacendimento do nacionalismo extremado e da acirrada competição econômica. Ademais, as questões relacionadas aos fenômenos político-sociais, tais como o narcotráfico, a narcoguerrilha e o crime organizado transnacional constituir-se-iam em fatores contribuintes de peso para um complexo contexto internacional.

Com efeito, seria importante citar que vários acontecimentos, dentre outros, demonstrariam o *animus* de Bush, alinhado com o novo rumo da política externa dos EUA: rejeição do Tratado de Kyoto e outras medidas antiambientalistas; rompimento de acordos estratégicos, como o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos – ABM, e para o desenvolvimento do sistema nacional antimísseis; pressões para a aceleração do processo de implantação da ALCA; não reconhecimento do Tribunal Penal Internacional; e o ápice, com a questão do Iraque. Assim, configuraram-se os perfis agressivo e unilateral dos novos "condôminos" do poder norte-americano, cujo maniqueísmo político arbitrário poderia ser resumido por meio da seguinte máxima: *quem não está comigo é meu inimigo e será punido*. Seria a apologia da linguagem da força, reafirmada pela imposição (*manu militari*).

Assim, não resta a menor dúvida quanto às intenções dos EUA: "no exercício de nossa liderança iremos respeitar os valores, os juízos e os interesses de nossos amigos e parceiros. Ainda assim, estaremos preparados para agir sozinhos, sempre que nossos interesses e nossas responsabilidades singulares assim o exigirem. (...)" (11:112).

Portanto, para sintetizar a atual concepção geopolítica pró-ativa dos Estados Unidos, poder-se-ia imaginar que esse país espera construir um contexto favorável à sua expansão político-econômica, amparada por inquestionável poderio militar, visando, em última análise, a consecução do projeto trilateralista: a expansão da economia de mercado sob a forte liderança dos EUA. Seria a hegemonia pelo poder, que volta a imperar. Os falcões retomaram o timão da nau norte-americana!

Com o intuito de firmar uma visão global da recorrente política externa da hiperpotência, aponta-se que os Estados Unidos sempre interferiram em assuntos de outros países, mas nunca aceitaram ingerência nos seus. A ação militar unilateral tem sido freqüente nas suas relações externas, desde a Guerra Hispano-Americana, em 1898, quando assumiram um papel hegemônico na cena mundial (14:76).

Com efeito, os EUA aplicam de forma inequívoca, sempre que se faz necessário, a antiga, mas não menos atual, idéia de Foster Dulles: "a preocupação em fazer amigos não deve constar da política dos Estados Unidos, mas, sim, acima de tudo, a defesa dos seus interesses" (12:300). Ou seja, quando os seus interesses estão em jogo, valem-se da sua condição de hiperpotência, não se submetendo a nenhum tipo de limite, quer seja em observância às normas do direito internacional ou de resolução de organismo multilateral.

SEÇÃO II – A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

A idéia da integração comercial do continente americano apontaria para uma

simbiose entre as Teorias da Tríade e a das Casas Comuns. Tal reflexão ganhou novo ímpeto quando, em junho de 1990, o presidente dos EUA de antanho, George Bush (pai), anunciou a "Iniciativa para as Américas". Naquela oportunidade, propôs criar uma zona de livre comércio hemisférica, sugerindo, inclusive, que o NAFTA, ainda em processo de negociação, fosse o primeiro passo.

A possibilidade de criar-se uma zona que integrasse mercados, "do Alaska à Terra do Fogo" (anexo G), gerou expectativas na América Latina. Entretanto, a "Iniciativa" não prosperou e seu impulso foi declinando devido a alguns "acidentes de percurso", como a recessão norte-americana, o término da Rodada Uruguai (GATT), a campanha presidencial norte-americana e as expressivas assimetrias entre as economias (20:27).

A proposta de formação da ALCA foi lançada em dezembro de 1994, no contexto da Doutrina Clinton, na Primeira Reunião de Cúpula das Américas, ocorrida em Miami[5]. Naquela ocasião, foi firmada uma declaração de princípios, na qual os chefes de Estado concordaram em aumentar a cooperação e a integração hemisférica, com a eliminação progressiva das barreiras ao comércio, de tal forma que a ALCA estivesse conformada em 2005, em consonância com o contido no anexo F.

A idéia era dar seguimento ao NAFTA, usando-o como núcleo, e aproveitar a repercussão positiva do suposto "milagre econômico" mexicano. No entanto, o malogro do México, ocorrido em seguida, arrefeceu o *animus* norte-americano e obrigou os EUA a realizar operações financeiras visando salvar a economia de seu parceiro comercial, as quais, provavelmente, tinham por fim preservar as aplicações dos investidores estadunidenses.

Desde aquela época foram realizadas diversas reuniões, presidenciais e ministeriais, nas quais foram estabelecidos o rodízio na presidência da ALCA e os grupos de

---

[5] Por motivos óbvios, Cuba não foi convidada.

negociação para a sua formação[6]. Nesse sentido, merece destaque a Segunda Cúpula das Américas (Santiago do Chile, 1998), que concluiu pelo término das negociações em 31 de dezembro de 2004, de forma a iniciar-se a redução alfandegária a partir de 2005, com a completa liberação tarifária em 2015.

Por fugir ao escopo deste trabalho, não serão analisadas as questões específicas referentes ao processo de negociação. No entanto, para que se tenha uma ampla visão, quatro pontos merecem destaque, os quais foram acordados na III Reunião Ministerial, realizada em Belo Horizonte[7]: os países poderão negociar ou aderir, individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional; o resultado das negociações constituirá um empreendimento único (single undertaking)[8]; a ALCA será compatível com os acordos da OMC; e o consenso é princípio fundamental nos processos decisórios. Portanto, o foco será direcionado para duas questões fundamentais: Quais seriam os possíveis riscos, diante do perfil da política externa dos EUA? O Brasil deveria ou não permanecer na ALCA?

Na busca das respostas, o primeiro aspecto a ser considerado é a postura dos EUA em considerá-la um projeto de Estado, entendendo o autor que tal empreendimento se caracteriza pela persistência ao longo do tempo, não sofrendo solução de continuidade mesmo quando há câmbio na cúpula do poder. Assim, verifica-se que a sua concepção tem se mantido ativa, como um dos instrumentos de inserção geopolítica hemisférica dos EUA, independente do "mandatário de plantão" na Casa Branca e de sua corrente política. Comprova-se tal assertiva, examinando-se as estratégias lançadas por Clinton[9]

---

[6] Por seus pesos geopolíticos, Brasil e EUA exercerão a co-presidência até a conclusão das negociações.
[7] BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento. Integration and trade in the Américas. Periodic Note, Washington, D.C., July, 1997.
[8] Princípio adotado nas negociações do GATT: nada está decidido até que tudo esteja decidido.
[9] America's economy benefits enormously from the opportunity offered by the commitment of the 34 democratic nations of the Western Hemisphere to negotiate by 2005 a Free Trade Area of the Americas (FTAA) . The Western Hemisphere (...), constituting over 35 percent of all U.S. sales abroad (...).

e George Bush[10].

De outro modo, outros aspectos dignos de nota, que contribuem para reforçar a tese acima, dizem respeito à dimensão da ALCA para a economia estadunidense. O primeiro é o peso geoeconômico do bloco americano, conformado por uma população de quase 800 milhões de habitantes, um PIB de aproximadamente US$ 12 trilhões e comércio exterior na casa de US$ 2,9 trilhão (anexo H). Em outras palavras, o ambiente americano compõe-se num maiúsculo mercado e, portanto, poderia constituir-se na "tábua de salvação" para a combalida economia dos Estados Unidos, pois seria um caminho essencial para o restabelecimento da sua balança comercial que apresenta, atualmente, um déficit em torno de 450 bilhões de dólares.

Com efeito, um processo de integração como o da ALCA é complexo por natureza, conformando, hoje, nove grupos de negociação, cada qual com um país exercendo a sua presidência: acesso a mercados – Colômbia; investimentos – Costa Rica; compras do setor público – EUA; solução de diferenças – Chile; agricultura – Argentina; direitos de propriedade intelectual – Venezuela; subsídios, antidumping e direitos compensatórios – Brasil; e políticas de concorrência – Peru.

Depreende-se, pois, que natural seria um projeto de abrangência hemisférica suscitar muitos debates, pois congrega 34 países cujas desigualdades políticas, econômicas (anexo H) e, até mesmo, culturais, são determinantes. Por isso, muitos estudiosos têm assinalado que a consolidação da ALCA poderia trazer para o Brasil mais desvantagens do que vantagens, se fosse feita isoladamente, precipitadamente e de forma assimétrica. Nessa direção, seria interessante registrar que na "Cúpula" fundante, o presidente do Brasil prenunciava o *animus* negociador do País, firmando que a posição brasileira seria pautada pelo gradualismo, priorizando o regionalismo aberto e a

---

[10] Para promover o livre comércio, os EUA desenvolveram uma estratégia abrangente: (...) Pressionar a favor de iniciativas regionais: Os EUA e outras democracias do Hemisfério Ocidental concordaram quanto à criação da Área de livre Comércio das Américas, que deverá estar concluída em 2005.

observância dos compromissos assumidos multilateralmente, lembrando a necessidade da constituição de um espaço econômico livre de políticas protecionistas (15:103).

Um crítico severo à permanência do Brasil nesse processo é o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o qual, nesse sentido, explicita que a ALCA faz parte de uma operação estratégica de amplo alcance e de longo prazo, sendo seus principais objetivos políticos, no ângulo externo, consolidar a influência norte-americana sobre os maiores Estados da região, garantindo seu apoio em disputas dos EUA com outras potências, e internamente, consolidar vínculos de dependência jurídica (25:119).

Por outra via, no campo econômico, ainda entende o embaixador que os principais instrumentos da "estratégia de Miami" são a pressão pela adoção de políticas neoliberais de reorganização econômica, que reduzam e enfraqueçam os Estados e desregulamentem as economias (25:120). Continuando com Pinheiro Guimarães, os EUA pretendem estabelecer um território econômico único nas Américas, com livre circulação de bens, serviços e capitais, porém sem livre circulação da mão-de-obra, em especial aquela de menor qualificação, e fazer, gradualmente, adotar o dólar como moeda hemisférica, cuja emissão e circulação ficariam sob exclusivo controle norte-americano (25:120). No aspecto monetário, percebe-se, portanto, a conexão da adoção do dólar, como moeda hemisférica, com a Teoria das Casas Comuns de Brochard.

De outro modo, poder-se-ia apontar outros riscos a serem enfrentados pelo Brasil: despreparo de algumas seções da indústria brasileira, principalmente no domínio tecnológico; falta de firmeza, e por vezes ausência, de uma política econômica consentânea com o tamanho do País; disparidade geopolítica dos países participantes; e a presente configuração do temário de negociações.

Diante do exposto, poder-se-ia, de forma impetuosa, concluir que a única opção que restaria ao Brasil seria a sua retirada da ALCA, sob pena de ser tragado

geopoliticamente pela hiperpotência do "Norte". No entanto, deve-se levar em conta a possibilidade de permanência do País no projeto, não desprezando as oportunidades, principalmente o acesso ao maior mercado mundial.

O País não deveria, contudo, abdicar da sua soberania, adotando uma postura político-estratégica que valorizasse sua dimensão geopolítica, de modo a contribuir para o delineamento de uma geoeconomia hemisférica que fosse ao encontro dos seus interesses e, por via de conseqüência, dos demais países periféricos americanos. Nesse sentido, concorda-se com a opinião do embaixador Rubens Barbosa de que "a ALCA será positiva ou negativa, à medida que o Brasil souber ou não fazer prevalecer seus interesses nas negociações" (8:42).

Considerando-se que o Canadá e o México já fazem parte do NAFTA, estando, portanto, imbricados de forma acentuada com a economia estadunidense, e que o Brasil seria o líder natural da América do Sul, caberia ao País assumir o papel de principal articulador do contraponto às posições defendidas pelos EUA, de modo que "a ALCA desejável, na visão brasileira, seria aquela que reduzisse as desigualdades, entre os países e dentro deles, que ampliasse as oportunidades e trouxesse benefícios eqüitativos para todos no hemisfério, grandes e pequenos, desenvolvidos e em desenvolvimento, enfim que fosse um empreendimento de parceiros, não de competidores" (8:43).

Verificando-se os PIB dos países americanos (anexo H), constata-se que o dos EUA (cerca de 77%) somado ao do Canadá representam quase 82% do total dos demais Estados, restando à América Latina e Caribe 18%, dos quais o MerCoSul totaliza 10%, com o Brasil representando dois terços. É digno de nota que 25 países perfazem apenas 1%. Portanto, *vis-à-vis* ao valor assimétrico do PIB norte-americano, ficaria evidente a importância do Brasil em relação aos demais países latinos do hemisfério, até porque sua economia estaria colocada entre as dez maiores do mundo, calculando-se o PIB pela

paridade do poder de compra. Nesse sentido, o estudo realizado pelo Conselho de Relações Exteriores, em 2001, enviado por meio de carta ao presidente Bush, confirmou tal juízo de valor, ao concluir que não há parceiro estratégico melhor que o Brasil e que os Estados Unidos não podem agir isoladamente na América do Sul, sugerindo que um diálogo realista e permanente com o País é primordial para o sucesso da política hemisférica norte-americana (44:2).

Com efeito, defronte dos dados apresentados, o autor concorda com Pinheiro Guimarães, quando afirma que "é preciso encarar a ALCA como um projeto essencialmente entre o Brasil e os EUA" (25:121).

SEÇÃO III – CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As disparidades geopolítica e geoeconômica são características marcantes dos partícipes do projeto da ALCA e constituem o seu maior desafio.

A permanência do Brasil no processo de negociação e, no futuro, na própria ALCA, evitaria o encapsulamento geopolítico e um possível prejuízo econômico ao País, uma vez que os EUA poderiam realizar, também, a formação da Área por meio do alargamento do NAFTA (NAFTA-plus), a partir de acordos bilaterais com os demais países hemisféricos.

Tal manobra enfraqueceria e isolaria o Brasil, com a conseqüente limitação da sua influência no cenário americano. Assim, uma associação com os EUA seria atraente para a maioria dos demais países do continente americano, em face das suas limitadas capacidades industriais e seus fortes vínculos político e jurídico com aquele país, todos muito dependentes do mercado e dos investimentos americanos (25:121). Tal situação contribuiria, sobremaneira, para o êxito dessa possível estratégia estadunidense.

Outro aspecto a considerar, no sentido da permanência, é o potencial do mercado a

ser conformado na ALCA, onde se concentraria cerca de 44% do comércio exterior brasileiro e 81% dos manufaturados exportados[11]. Por isso, uma política radical de não participação do Brasil seria incompatível com a continuidade da economia brasileira.

Por outro lado, a possibilidade de realizar acordos no âmbito da ALADI, caso houvesse decisão no sentido da retirada do País do processo de negociação, idéia defendida pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, não parece ser, em princípio, adequada, pois o Brasil não poderia desconsiderar sua condição de membro do MerCoSul e as decorrentes obrigações com os demais parceiros desse bloco.

Hodiernamente, ante o cenário geopolítico mundial, não há, na opinião do autor, lugar para açodamentos, radicalismos e *parti pris* ideológico. Por isso, o Brasil deve, em detrimento de ações eivadas de precipitação, encarar seus desafios com responsabilidade pragmática. Assim, o problema da ALCA não deveria ser examinado somente na esfera dicotômica da discussão: o País poderia se retirar do projeto ou continuaria, sob pena de submeter-se à total influência hegemônica dos EUA.

Portanto, torna-se essencial mobilizar a sociedade brasileira, nos seus diversos segmentos, para o completo debate do tema, no qual a participação da expressão política do Poder Nacional é fundamental. Nesse sentido, concorda-se com o general Meira Mattos, quando afirma que "havendo consentimento nacional formal não há lesão de soberania" (34:38)

Com efeito, o Brasil deveria procurar tirar partido da importância que lhe é dada nos próprios EUA, segundo o estudo do CRE pré-citado. Nesse sentido, a valorização da participação do País mereceria ser explorada, pois as possibilidades de êxito da ALCA passam, forçosamente, pelo efetivo entendimento entre ambos os Estados. Na geopolítica hemisférica, mesmo diante de uma política brasileira autônoma, a solução

---

[11] Dados da Secex/MDIC – 2002.

de continuidade nas relações bilaterais não traria vantagem para nenhum dos dois países.

Diante do exposto, é opinião do autor que o Brasil deveria adotar as seguintes linhas de ação: *Promover debates entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira, na busca da definição das melhores condições para o estabelecimento de um acordo que venha ao encontro dos legítimos interesses nacionais; Utilizar todos os instrumentos acordados nas várias rodadas da negociação, dentre os quais o princípio do single undertaking se revela fundamental (nada estará resolvido até que tudo esteja resolvido); Concatenar uma política de integração multilateral vis-à-vis os três maiores espaços geopolíticos, a América, a Europa e a Ásia; Manter o ímpeto na consecução das linhas de ação inerentes ao contexto da integração sul-americana, principalmente quanto ao aprofundamento e ampliação do MerCoSul, no sentido de aumentar o poder de barganha do Brasil; e Incrementar as relações do MerCoSul com a União Européia, de modo a consolidar um contraponto geopolítico.*

Assim, o Brasil deve participar do processo de negociação da ALCA com a independência inerente à sua fisionomia geopolítica. Tal atitude torna-se necessária à solidificação de um espaço de manobra que permita reforçar suas ações na cena mundial e, por via de conseqüência, como citou o embaixador Gelson Fonseca, "viabilizar a construção da chamada autonomia pela participação" (21:90).

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geopolítica continua sendo, em essência, uma *ferramenta a serviço do Poder*. É mister, portanto, resgatar e incrementar o seu estudo, valorizando os geopolíticos brasileiros e incentivando a formação de "centros de pensamento" livres de influências alienígenas.

Tal diligência permitiria ao Brasil concatenar, de forma independente, linhas de ação para a sua política externa, e as conseqüentes ações estratégicas, consentâneas com a sua fisionomia geopolítica. Contudo, impõe-se estar atento às intenções das "elites" mundiais, sem *parti pris* ideológico e, muito menos, apologizar a teoria da conspiração. Todavia, sempre com a convicção de que *na política nada acontece por acaso!*

Assim, para a consecução de uma ampla inserção internacional, o País deve considerar todas as possibilidades de cooperação, quer sejam de caráter multilateral ou regional, porém priorizando-as em função das tendências do cenário geopolítico. Tal inserção, todavia, deve ser efetuada pacificamente, desprovida de ímpetos hegemônicos e sem alinhamentos com países de índole unilateralista.

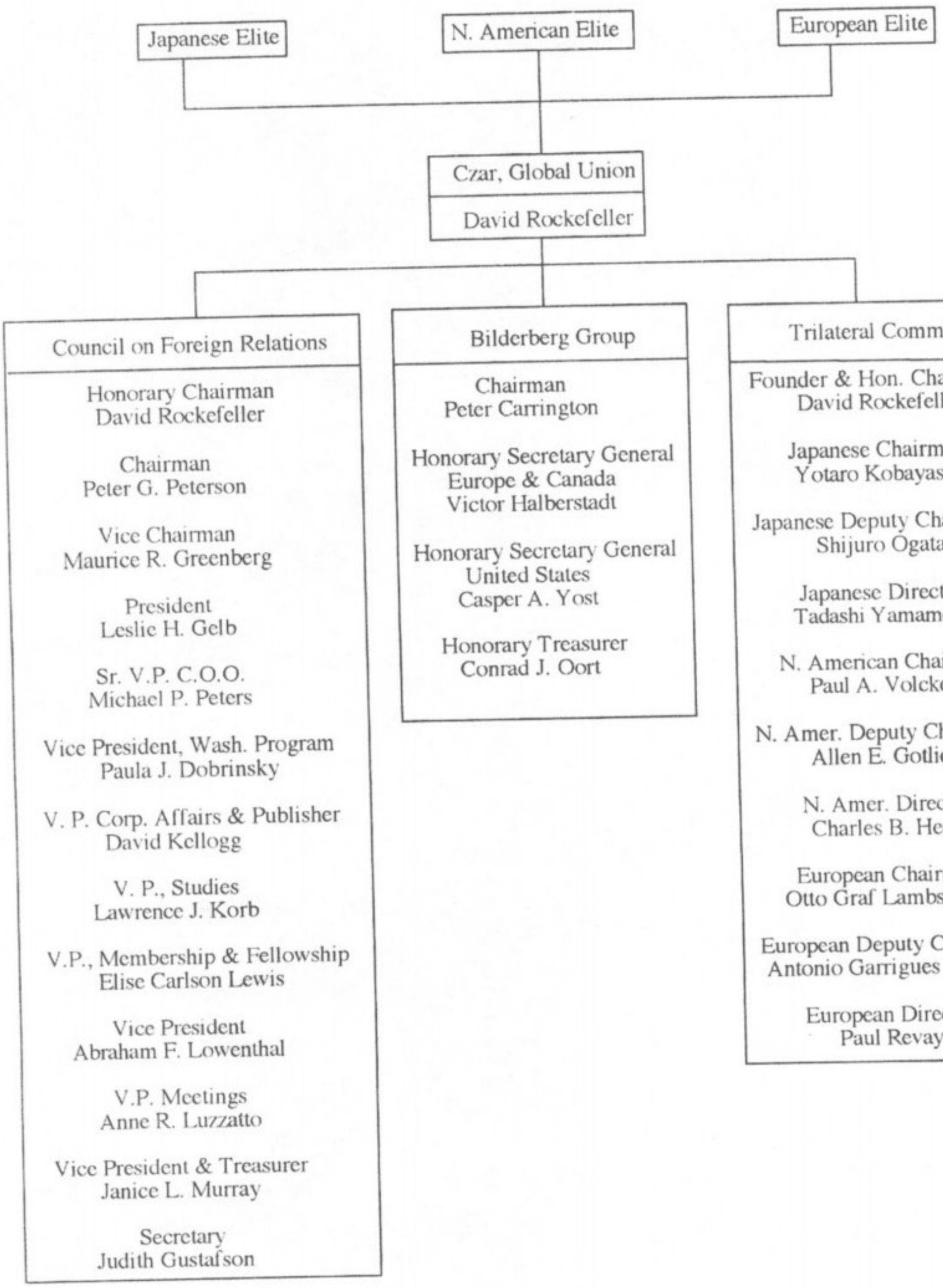
A integração da América do Sul é uma resposta aos desafios de um cenário globalizado, constituindo-se para o Brasil em um mandamento geopolítico.

Quanto ao processo de negociação da ALCA, o País deve continuar participando, sem abdicar da sua soberania e com responsabilidade pragmática.

Por fim, num mundo permeado por assimetrias de poder, um Brasil consciente do seu potencial geopolítico deve assumir uma postura firme, visando projetar-se, soberanamente, no processo decisório mundial.

ANEXO A

"CLUBES DAS ELITES"



Fonte: ROSS, Robert Gaylon. **Who's who of the elite** – members of the: Bilderbergs, Council on Foreign Relations & Trilateral Comission. Texas: Ross International Enterprises, 2002.

ANEXO B

EXTRATO DA "HOMEPAGE" DA COMISSÃO TRILATERAL

The Trilateral Commission

about Trilateral membership recent activity publications contact us

feedback

About the Organization

The Trilateral Commission was formed in 1973 by private citizens of Japan, Europe (European Union countries), and North America (United States and Canada) to foster closer cooperation among these core democratic industrialized areas of the world with shared leadership responsibilities in the wider international system. Originally established for three years, our work has been renewed for successive triennia (three-year periods), most recently for a triennium to be completed in 2006.

When the first triennium of the Trilateral Commission was launched in 1973, the most immediate purpose was to draw together—at a time of considerable friction among governments—the highest level unofficial group possible to look together at the key common problems facing our three areas. At a deeper level, there was a sense that the United States was no longer in such a singular leadership position as it had been in earlier post-World War II years, and that a more shared form of leadership—including Europe and Japan in particular—would be needed for the international system to navigate successfully the major challenges of the coming years.

Two strong convictions guide our thinking for the 2004-2006 triennium. First, the Trilateral Commission remains as important as ever in helping our countries fulfill their shared leadership responsibilities in the wider international system and, second, its framework needs to be widened to reflect broader changes in the world. Thus, the Japan Group has become a Pacific Asian Group, and Mexican members have been added to the North American Group. The European Group continues to widen in line with the enlargement of the EU. We are also continuing in this triennium our practice of inviting a number of participants from other key areas.

The "growing interdependence" that so impressed the founders of the Trilateral Commission in the early 1970s is deepening into "globalization." The need for shared thinking and leadership by the Trilateral countries, who (along with the principal international organizations) remain the primary anchors of the wider international system, has not diminished but, if anything, intensified. At the same time, their leadership must change to take into account the dramatic transformation of the international system. As relations with other countries become more mature—and power more diffuse—the leadership tasks of the original Trilateral countries need to be

carried out with others to an increasing extent.

The members of the Trilateral Commission are about 350 distinguished leaders in business, media, academia, public service (excluding current national Cabinet Ministers), labor unions, and other non-governmental organizations from the three regions. The regional Chairmen, Deputy Chairmen, and Directors constitute the leadership of the Trilateral Commission, along with an Executive Committee including about 40 other members.

The annual meeting of Trilateral Commission members rotates among the three regions. It was held in Seoul in 2003, Washington, D.C. in 2002 and London in 2001. The 2004 annual meeting will be held in Warsaw. The agendas for these meetings have addressed a wide range of issues, an indication of how broadly we see the partnership among our countries. A publication on the annual meeting (*Trialogue*) draws together each year's presentations.

The project work of the Trilateral Commission generally involves teams of authors from our three regions working together for a year or so on draft reports which are discussed in draft form in the annual meeting and then published. The authors typically consult with many others in the course of their work. The task force reports (*Triangle Papers*) to the Trilateral Commission have covered a wide range of topics.

The regional groups within the Trilateral Commission carry on some activities of their own. The European Group, with its secretariat based in Paris, has an annual weekend meeting each fall. The North American Group, with its secretariat based in Washington D.C. began North American regional meetings in 2002 and occasionally gathers with a special speaker for a dinner or luncheon event. The new Pacific Asian Group, with its secretariat based in Tokyo, began regional meetings in 2000. Each region carries on its own fund-raising to provide the financial support needed for the Trilateral Commission's work.

Annual meetings | Project Work | North American Group | European Group | Pacific Asian Group | Frequently-Asked Questions

Fonte: "Homepage" da Comissão Trilateral. Disponível em: http://www.trilateral.org.

ANEXO C

LISTA DE MEMBROS DA COMISSÃO TRILATERAL

THE TRILATERAL COMMISSION
September 2003

THOMAS S. FOLEY
North American Chairman

PETER SUTHERLAND
European Chairman

YOTARO KOBAYASHI
Pacific Asia Chairman

ALLAN E. GOTLIEB **ANTONIO GARRIGUES WALKER** **KIM KYUNG-WON**

North American
Deputy Chairman

European
Deputy Chairman

Pacific Asia
Deputy Chairman

LORENZO H. ZAMBRANO
North American
Deputy Chairman

CEES MAAS
European
Treasurer

SHIJURO OGATA
Pacific Asia
Deputy Chairman

DAVID ROCKEFELLER
Founder and Honorary Chairman

PAUL A. VOLCKER
North American
Honorary Chairman

GEORGES BERTHOIN
European
Honorary Chairman

OTTO GRAF LAMBSDORFF
European
Honorary Chairman

* * *

MICHAEL J. O'NEIL
North American Director

PAUL RÉVAY
European Director

TADASHI YAMAMOTO
Pacific Asia Director

EUROPEAN GROUP

Krister Ahlström, Vice Chairman, Stora Enso and Fortum; former Chairman, Finnish Employers Confederation; former Chairman, Ahlström Corp., Helsinki
Edmond Alphandéry, Chairman, Caisse Nationale de Prévoyance, Paris; former Chairman, Electricité de France (EDF); former Minister of the Economy and Finance
Joaquin Almunia, Member of the Spanish Parliament, Madrid
Bodil Nyboe Andersen, Chairman of the Board of Governors, Danmarks Nationalbank, Copenhagen

Jacques Andréani, Ambassadeur de France; former Ambassador to the United States
***Stelios Argyros**, Chairman and Managing Director, Preveza Mills, Athens; former Member of the European Parliament; Chairman of the Board, STET Hellas; former Vice President of UNICE, Brussels; former President and Chairman of the Board of the Federation of Greek Industries, Athens
Urban Bäckström, former Governor, The Swedish Central Bank, Stockholm
Jerzy Baczynski, Editor-in-Chief, Polityka, Warsaw
Pedro Ballvé, Chairman, Campofrio Alimentacion, Madrid
Estela Barbot, Vice President, Produtos Sarcol, Porto; Vice President of the Board, AEP -- Portuguese Business Association; Consul of Guatemala, Lisbon
François Bayrou, Member of the French National Assembly; President of the UDF Party; former Minister, Paris
Erik Belfrage, Senior Vice President, Skandinaviska Enskilda Banken; Director, Investor AB, Stockholm
Marek Belka, Ambassador-at-Large; Chairman of the Coordination Committee for the Reconstruction of Iraq, Coalition Provisional Authority, Baghdad; former Professor of Economics, University of Lodz and Institute of Economics of the Polish Academy of Sciences; former Senior Advisor on Central and Eastern Europe, JP Morgan Chase Bank, Warsaw; former Deputy Prime Minister & Minister of Finance
***Georges Berthoin**, International Honorary Chairman, European Movement; Honorary Chairman, The Jean Monnet Association; Honorary European Chairman, The Trilateral Commission, Paris
Nicolas Beytout, Editor, Les Echos, Paris
Boris Biancheri Chiappori, Chairman, Agenzia ANSA, Rome; Chairman, I.S.P.I., Milan; former Secretary General of the Ministry of Foreign Affairs
Carl Bildt, Member of the Swedish Parliament and former Chairman of the Moderate Party; former Prime Minister of Sweden; former European Union High Representative in Bosnia-Herzegovina & UN Envoy to the Balkans
Lord Black of Crossharbour, Chairman, Telegraph Group, London; Chairman and Chief Executive Officer, Hollinger International, USA; Chairman and Chief Executive Officer, Argus Corporation and Hollinger, Canada
Ana Patricia Botin, Chairman, Banesto, Madrid; Member of the Board & of the Executive Committee, Banco Santander Central Hispano
Jean-Louis Bourlanges, Member of the European Parliament (EPP-ED Group/UDF); former President of the European Movement in France, Paris
***Jorge Braga de Macedo**, President of the Development Centre, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Paris; Professor of Economics, Nova University at Lisbon; Chairman, Forum Portugal Global; former Minister of Finance
Rolf-E. Breuer, Chairman of the Board of Directors, Deutsche Bank, Frankfurt-am-Main; President, Association of the German Banks (BdB)
Lord Brittan of Spennithorne, Vice Chairman, UBS Warburg, London; former Vice President, European Commission
John Bruton, former Irish Prime Minister, Dublin
Robin Buchanan, Senior Partner, Bain & Company, London
François Bujon de l'Estang, Ambassadeur de France; Chairman, Citigroup France, Paris; former Ambassador to the United States
Sven Burmester, Writer and Explorer, Denmark; former Representative, United Nations Population Fund (UNFPA), Beijing

Richard Burrows, Joint Managing Director, Pernod Ricard, Paris; Chairman and Chief Executive, Irish Distillers, Dublin; Deputy Governor of the Bank of Ireland; former President, IBEC (The Irish Business and Employers Confederation)

***Hervé de Carmoy**, Partner, Rhône Group, New York & Paris; Honorary Chairman, Banque Industrielle et Mobilière Privée, Paris; former Chief Executive, Société Générale de Belgique

Salvatore Carrubba, Culture Alderman, Municipality of Milan; former Managing Editor, Il Sole 24 Ore, Milan

Jaime Carvajal Urquijo, Chairman, Dresdner Kleinwort Capital (Spain), Madrid

Willy de Clercq, Minister of State of Belgium; Member of the European Parliament & Chairman, Committee on Legal Affairs and Citizen's Rights ; former Vice President of the Commission of the European Communities; former Vice Prime Minister-Minister of Finance and the Budget

Vittorio Colao, Managing Director, Vodafone Omnitel, Milan

Bertrand Collomb, Chairman and Chief Executive Officer, Lafarge, Paris

Richard Conroy, Chairman, Conroy Diamonds & Gold, Dublin; Member of Senate, Irish Republic

Eckhard Cordes, Member of the Board, DaimlerChrysler, Stuttgart

Alfonso Cortina, Chairman and Chief Executive Officer, Repsol-YPF, Madrid

Michel David-Weill, Chairman, Lazard LLC, worldwide; Managing Director and Président du Collège d'Associés-Gérants, Lazard Frères S.A.S., Paris; Deputy Chairman, Lazard Brothers & Co., Limited, London

Baron Paul De Keersmaeker, Chairman of the Board of Domo, Corgo, Foundation Europalia International and the Canada Europe Round Table, Brussels; Honorary Chairman Interbrew, KBC, Nestlé Belgilux; former Member of the Belgian and European Parliaments and of the Belgian Government

***Vladimir Dlouhy**, Senior Advisor, ABB; International Advisor, Goldman Sachs; former Czechoslovak Minister of Economy; former Czech Minister of Industry & Trade, Prague

***Bill Emmott**, Editor, The Economist, London

Pedro Miguel Etxenike, Professor of Physics, University of the Basque Country; former Basque Minister of Education, San Sebastian

Laurent Fabius, Member of the French National Assembly and of the Foreign Affairs Committee; former Prime Minister & Minister of the Economy & Finance, Paris

Oscar Fanjul, Honorary Chairman, Repsol-YPF; Vice Chairman, Omega Capital, Madrid

Grete Faremo, Executive Vice President, Storebrand; former Norwegian Minister of Development Cooperation, Minister of Justice and Minister of Oil and Energy, Oslo

***Nemesio Fernandez-Cuesta**, Corporate Director of Shared Services, Repsol-YPF; former Chairman, Prensa Española, Madrid

Jürgen Fitschen, Member of the Group Executive Committee, Deutsche Bank, Frankfurt-am-Main

***Michael Fuchs**, Member of the German Bundestag, Berlin; former President, National Federation of German Wholesale & Export Traders

Lord Garel-Jones, Senior Advisor to UBS Warburg, London; Member of the House of Lords; former Minister of State at the Foreign Office (European Affairs)

***Antonio Garrigues Walker**, Chairman, J & A Garrigues Abogados, Madrid

Lord Gilbert, Member of the House of Lords; former Minister for Defence, London

General The Lord Guthrie, Director, N M Rothschild & Sons, London; Member of the House of Lords; former Chief of the Defence Staff, London

Uwe Haasen, Member of the Advisory Board, Allianz, Munich; Former Chairman, Allianz Versicherung, Munich

Carl Hahn, Vice-Chairman of the Supervisory Board, Gerling Speziale Kreditversicherungs, Cologne; Director, Perot Systems Corporation, Dallas; former Chairman, Volkswagen, Wolfsburg

Sirkka Hämäläinen, Member of the Executive Board, European Central Bank, Frankfurt-am-Main; former Governor, Bank of Finland

Miguel Herrero de Miñon, Lawyer, International Consultant, Madrid; Member of the Royal Spanish Academy of Political and Moral Sciences; former Member of Spanish Parliament

Lord Howell of Guildford, Member of the House of Lords; Opposition Spokesman on Foreign and Commonwealth Affairs; former British Cabinet Minister

***Max Jakobson**, Independent Consultant and Senior Columnist, Helsinki; former Finnish Ambassador to the United Nations; former Chairman of the Finnish Council of Economic Organizations

***Baron Daniel Janssen**, Chairman of the Board, Solvay, Brussels

Zsigmond Jarai, President, National Bank of Hungary, Budapest

***Béla Kadar**, Member of the Hungarian Academy; Member of the Monetary Council of the National Bank; President of the Hungarian Economic Association; former Ambassador of Hungary to the O.E.C.D., Paris; former Hungarian Minister of International Economic Relations and Member of Parliament

Karl Kaiser, Otto-Wolff Director, Research Institute of the German Council on Foreign Relations (DGAP), Berlin; Professor Emeritus of Political Sciences, University of Bonn

Robert Kassai, Senior Vice President, The National Association of Craftmens Corporation, Budapest

Pavel Kavanek, Chairman and Chief Executive Officer, Ceskoslovenska obchodni banka (CSOB); acting President, the Czech Banking Association, Prague

Sir John Kerr, Secretary General, European Convention, Brussels; Former Permanent Under-Secretary of State and Head of the Diplomatic Service, Foreign & Commonwealth Office, London; former British Ambassador in Washington D.C.

Denis Kessler, Chairman and Chief Executive Officer, Scor, Paris; Former Chairman, French Insurance Association (FFSA); Former Executive Vice-Chairman, MEDEF-Mouvement des Entreprises de France (French Employers' Confederation)

Manfred Lahnstein, Special Representative of the Board & former Member of the Executive Board, Bertelsmann, Gütersloh; former Federal Minister of Finance

***Otto Graf Lambsdorff**, Partner, Wessing Lawyers, Düsseldorf; Chairman, Friedrich Naumann Foundation, Berlin; former Member of German Bundestag; Honorary Chairman, Free Democratic Party; former Federal Minister of Economy; former President of the Liberal International; Honorary European Chairman, The Trilateral Commission, Paris

Kurt Lauk, Chairman, Globe Capital Partners, Stuttgart; President, Economic Council of the CDU Party, Berlin; former Member of the Board, DaimlerChrysler, Stuttgart

Anne Lauvergeon, Chairperson of the Executive Board, Areva; Chairperson and Chief Executive Officer, Cogema, Paris

Pierre Lellouche, Member of the French National Assembly and of the Foreign Affairs Committee, Paris

Enrico Letta, Member of Parliament; Secretary General, AREL; former Minister of Industry, Rome

André Leysen, Honorary Chairman, Gevaert, Antwerp; Honorary Chairman, Agfa-Gevaert Group

Count Maurice Lippens, Chairman, Fortis, Brussels
***Cees Maas**, Member of the Executive Board and Chief Financial Officer of the ING Group, Amsterdam; former Treasurer of the Dutch Government
Rainer Masera, Chairman, San Paolo IMI Group, Turin; former Minister of Budget and Economic Planning
Abel Matutes, Chairman, Empresas Matutes, Ibiza; former Member of the European Commission, Brussels; former Minister of Foreign Affairs, Madrid
Francis Maude, Member of the British Parliament; Director, Benfield Group; former Shadow Foreign Secretary, London
Edgar Meister, Member of the Board, Deutsche Bundesbank, Frankfurt-am-Main; Chairman, the Banking Supervisory Subcommittee of the European Monetary Institute (EMI); Chairman, the Banking Supervision Committee of the European System of the Central Banks (ESCB)
Vasco de Mello, Vice Chairman, José de Mello SGPS, Lisbon
Joao de Menezes Ferreira, Chairman and Chief Executive Officer, ECO-SOROS, Lisbon; former Member of the Portuguese Parliament
Peter Mitterbauer, President, The Federation of Austrian Industry, Vienna; Chairman, President and Chief Executive Officer, MIBA, Laakirchen
Dominique Moïsi, Special Advisor to the Director General of the French Institute for International Relations (IFRI), Paris
Sir Mark Moody-Stuart, former Chairman, Royal Dutch/Shell Group, London; Chairman, Business Action for Sustainable Development (BASD)
Klaus Murmann, Honorary Chairman, Confederation of German Employers' Associations (BDA), Berlin; Chairman, Sauer Holding, Neumünster
Heinrich Neisser, President, Politische Akademie, Vienna; Professor of Political Studies at Innsbruck University; former Member of Austrian Parliament and Second President of the National Assembly
Harald Norvik, Chairman and Partner, ECON Management; former President and Chief Executive of the Norwegian oil company, STATOIL, Oslo
***Andrzej Olechowski**, Chairman, "Civic Platform"; Former Chairman, Bank Handlowy; former Minister of Foreign Affairs and of Finance, Warsaw
Lucas Papademos, Vice President, European Central Bank, Frankfurt-am-Main; former Governor of the Bank of Greece
Schelto Patijn, former Mayor of the City of Amsterdam, The Netherlands
Christopher Patten, Member of the European Commission (External Relations), Brussels; Chancellor-elect of the University of Oxford; former Governor of Hong Kong; former Member of the British Cabinet, London
Heinrich von Pierer, Chairman of the Managing Board, President and Chief Executive Officer, Siemens, Munich
Andrea Pininfarina, Managing Director, Industrie Pininfarina, Turin; Chairman, Federmeccanica (Association of Mechanical Industries), Rome
Benoît Potier, Chairman, L'Air Liquide, Paris
Alessandro Profumo, Managing Director, Unicredito Italiano, Milan
Luigi Ramponi, Member of Parliament; Chairman of the Defence Committee of the Chamber of Deputies, Rome; former Deputy Chief of the Defence Staff (Italian Army)
Wanda Rapaczynski, President of the Management Board, Agora, Warsaw
Günter Rexrodt, Member of the German Bundestag; former Federal Minister of the Economy, Berlin
Heinz Riesenhuber, Member of the German Bundestag; former Federal Minister of Research and Technology, Berlin

Gianfelice Rocca, Chairman, Techint Group of Companies, Milan
Sergio Romano, Columnist, Corriere della Sera and Liberal; former Italian Ambassador to the USSR, Milan
H. Onno Ruding, Vice Chairman, Citibank, Brussels; President, Center for European Policy Studies (CEPS); former Dutch Minister of Finance
Renato Ruggiero, Chairman, Citigroup in Switzerland; Vice Chairman, Citigroup European Investment Bank, Zurich; former Italian Foreign Minister and Director General of WTO
Anthony Ruys, Chairman of the Executive Board, Heineken, Amsterdam
Jacques Santer, Member of the European Parliament; former President of the European Commission; former Prime Minister of Luxembourg
Antxón Sarasqueta, Executive President, Multimedia Capital; Patronage Member of the Foreign Policy Foundation (INCIPE); Member of the Board of Directors, Editorial Group Negocios, Madrid
***Silvio Scaglia**, Managing Director, e-Biscom, Milan; former Managing Director, Omnitel
Paolo Scaroni, Managing Director, ENEL, Rome
Jorgen Schleimann, Writer; former Broadcast Executive TV 2 Denmark; former Chairman, The Danish European Movement
***Guido Schmidt-Chiari**, Chairman, Constantia Group; former Chairman, Creditanstalt Bankverein, Vienna
Pedro Schwartz, Executive Chairman, IDELCO, Madrid; Professor of Economics, Autonomous University of Madrid
Prince Karel of Schwarzenberg, Founder and Director, Nadace Bohemiae, Prague; former Chancellor to President Havel; former President of the International Helsinki Federation for Human Rights
***Carlo Secchi**, Rector and full Professor of European Economic Policy, Bocconi University, Milan
Maurizio Sella, Chief Executive Officer and General Manager, Banca Sella, Biella; Chairman, Association of Italian Banks (A.B.I.), Rome
Stefano Silvestri, President, Institute for International Affairs (IAI), Rome; Commentator, Il Sole 24 Ore; former Under Secretary of State for Defence, Italy
Lord Simon of Highbury, Member of the House of Lords; Advisory Director of Unilever, Morgan Stanley Europe and LEK; former Minister for Trade & Competitiveness in Europe; former Chairman of BP, London
Sir Martin Sorrell, Chief Executive Officer, WPP Group, London
***Myles Staunton**, former Member of the Irish Senate & the Dail, Co. Mayo
***Thorvald Stoltenberg**, Special Representative of the UN Secretary General for Humanitarian Affairs in Iraq; President, Norwegian Red Cross, Oslo; former Co-Chairman (UN) of the Steering Committee of the International Conference on Former Yugoslavia; former Foreign Minister of Norway; former UN High Commissioner for Refugees
Peter Straarup, Chairman of the Executive Board, Danske Bank, Copenhagen; Chairman, the Danish Bankers Association
***Peter Sutherland**, Chairman, BP, London; Chairman, Goldman Sachs International; former Director General, GATT/WTO, Geneva; former Member of the European Commission; former Attorney General of Ireland
***Björn Svedberg**, former Chairman and Chief Executive Officer, Ericsson, Stockholm; former President and Group Chief Executive, Skandinaviska Enskilda Banken

Péter Székely, Chairman and Chief Executive Officer, Transelektro, Budapest; President, Confederation of Hungarian Employers' Organisations for International Co-operation (CEHIC); Vice President, Confederation of Hungarian Employers and Industrialists

Horst Teltschik, Chairman of the Board, Herbert Quandt Foundation; former Member of the Board, BMW, Munich; former Head of the Foreign & Security Office in the Federal Chancellery

Jacques Thierry, Honorary Chairman, Banque Bruxelles Lambert; Honorary Chairman of the Board, Interbrew, Brussels

Jean-Philippe Thierry, Chairman and Chief Executive Officer, AGF (Assurances Générales de France), Paris

***Niels Thygesen**, Danske Bank Professor of International Economics, University of Copenhagen; Chairman, OECD Economic Development and Review Committee

Otto Grieg Tidemand, Shipowner, Oslo; former Norwegian Minister of Defence and Minister of Economic Affairs

***Harri Tiido**, Deputy Under-Secretary for Political & Public Affairs, Security Policy & NATO Accession, Ministry of Foreign Affairs, Tallinn; former Editor-in-Chief, Radio KUKU

Marco Tronchetti Provera, Chairman, Telecom Italia; Chairman and Chief Executive Officer, Pirelli, Milan

Loukas Tsoukalis, Professor of European Integration, University of Athens; President of the Hellenic Foundation for European and Foreign Policy (ELIAMEP)

Mario Vargas Llosa, Writer and Member of the Royal Spanish Academy, Madrid

***George Vassiliou**, Head of the Negotiating Team for the Accession of Cyprus to the European Union; former President of the Republic of Cyprus; former Member of Parliament and Leader of United Democrats, Nicosia

Diogo Vaz Guedes, Chairman, Somague Group, Alges, Portugal

Franco Venturini, Foreign Correspondent, Corriere della Sera, Rome

Friedrich Verzetnitsch, Member of Austrian Parliament; President, Austrian Federation of Trade Unions, Vienna; President, European Trade Union Confederation (ETUC)

***Marko Voljc**, Chief Executive Officer, Nova Ljubljanska Banka, Ljubljana

Joris Voorhoeve, Member of the Council of State; former Member of the Dutch Parliament; former Minister of Defence, The Hague

Panagis Vourloumis, Panagis Vourloumis & Associates, Financial Advisors; Chairman, Frigoglass Group; former Chairman and Managing Director, Alpha Finance, Athens

Serge Weinberg, Chairman of the Management Board, Pinault-Printemps-Redoute; President, Institute of International and Strategic Studies (IRIS), Paris

Heinrich Weiss, Chairman, SMS, Düsseldorf

Nout Wellink, President, Dutch Central Bank, Amsterdam

Arne Wessberg, Director General, YLE Group, the Finnish Broadcasting Company & Digits Oy, Helsinki; President, European Broadcasting Union (EBU)

***Norbert Wieczorek**, former Member of the German Bundestag & Deputy Chairman of the SPD Parliamentary Group, Berlin

Hans Wijers, Chairman and Chief Executive Officer, Akzo Nobel, Arnhem

Otto Wolff von Amerongen, Honorary Chairman, East Committee of the German Industry; Chairman and Chief Executive Officer, Otto Wolff Industrieberatung und Beteiligung, Cologne

Zbigniew Wrobel, President of the Management Board and Chief Executive Officer, PKN-Orlen, Warsaw

***Emilio Ybarra**, former Chairman, Banco Bilbao-Vizcaya, Madrid

Father Maciej Zieba, Provincial of the Polish Province of the Dominican Order, Warsaw;
Founder and Director, the Tertio Millennio Institute, Cracow

Former Members in Public Service

Patrick Devedjian, Minister for Local Liberties (Home Office), France
Lene Espersen, Minister of Justice, Denmark
Mario Monti, Member of the European Commission (Competition Policy), Brussels
Pedro Solbes, Member of the European Commission (Monetary Affairs), Brussels
Karsten Voigt, Coordinator for German-American Cooperation,
Federal Foreign Ministry, Germany

North American Group

Madeleine K. Albright, Principal, The Albright Group LLC, Washington, DC; former U.S. Secretary
of State
Graham Allison, Director, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard University, Cambridge, MA
G. Allen Andreas, Chairman and Chief Executive, Archer Daniels Midland Company, Decatur, IL
Michael H. Armacost, Shorenstein Distinguished Scholar, Asia/Pacific Research Center, Stanford University, Stanford, CA; former President, The Brookings Institution; former U.S. Ambassador to Japan; former U.S. Under Secretary of State for Political Affairs
C. Michael Armstrong, Chairman, Comcast Corporation, Philadelphia, PA
***Charlene Barshefsky**, Senior International Partner, Wilmer, Cutler & Pickering, Washington, DC; former U.S. Trade Representative
***C. Fred Bergsten**, Director, Institute for International Economics, Washington, DC; former U.S. Assistant Secretary of the Treasury for International Affairs
Dennis C. Blair, USN (Ret.), Senior Fellow, Institute for Defense Analysis, Alexandria, VA; former Commander in Chief, U.S. Pacific Command
Herminio Blanco Mendoza, Private Office, Mexico City, NL; former Mexican Secretary of Commerce and Industrial Development
Geoffrey T. Boisi, former Vice Chairman, JPMorgan Chase, New York, NY
Stephen W. Bosworth, Dean, Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University, Medford, MA; former U.S. Ambassador to the Republic of Korea
Harold Brown, Counselor, Center for Strategic and International Studies, Washington, DC; General Partner, Warburg Pincus & Company, New York, NY; former U.S. Secretary of Defense
***Zbigniew Brzezinski**, Counselor, Center for Strategic and International Studies, Washington, DC; Robert Osgood Professor of American Foreign Affairs, Paul Nitze School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University; former U.S. Assistant to the President for National Security Affairs
Gerhard Casper, President Emeritus, Stanford University, Stanford, CA
William T. Coleman, Jr., Senior Partner and Senior Counselor, O'Melveny & Myers, Washington, DC; former U.S. Secretary of Transportation
William T. Coleman III, Founder, Chief Customer Advocate, and Member, Board of Directors, BEA Systems, Inc., San Jose, CA
Timothy C. Collins, Chief Executive Officer, Ripplewood Holdings, New York, NY

Richard N. Cooper, Maurits C. Boas Professor of International Economics, Harvard University, Cambridge, MA; former Chairman, U.S. National Intelligence Council; former U.S. Under Secretary of State for Economic Affairs

E. Gerald Corrigan, Managing Director, Goldman, Sachs & Co., New York, NY; former President, Federal Reserve Bank of New York

Michael J. Critelli, Chairman and Chief Executive Officer, Pitney Bowes Inc., Stamford, CT

Douglas Daft, Chairman and Chief Executive Officer, The Coca Cola Company, Atlanta, GA

Dennis D. Dammerman, Vice Chairman and Executive Officer, General Electric Company, Fairfield, CT

Lynn Davis, Senior Political Scientist, RAND, Arlington, VA; former U.S. Under Secretary of State for Arms Control and International Security

Lodewijk J. R. de Vink, Chairman, Global Health Care Partners, Peapack, NJ; former Chairman, President, and Chief Executive Officer, Warner-Lambert Company

Arthur A. DeFehr, President and Chief Executive Officer, Palliser Furniture, Winnipeg, MB

André Desmarais, President and Co-Chief Executive Officer, Power Corporation of Canada, Montréal, QC; Deputy Chairman, Power Financial Corporation

John M. Deutch, Institute Professor, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA; former Director of Central Intelligence; former U.S. Deputy Secretary of Defense

Peter C. Dobell, Founding Director, Parliamentary Centre, Ottawa, ON

Wendy K. Dobson, Professor and Director, Institute for International Business, Rotman School of Management, University of Toronto, Toronto, ON; former Canadian Associate Deputy Minister of Finance

Kenneth M. Duberstein, Chairman and Chief Executive Officer, The Duberstein Group, Washington, DC

***Jessica P. Einhorn**, Dean, Paul Nitze School of Advanced International Studies, The Johns Hopkins University, Washington, DC; former Managing Director for Finance and Resource Mobilization,
World Bank

Jeffrey Epstein, President, J. Epstein & Company, Inc., New York, NY; President, N.A. Property, Inc.

William T. Esrey, Chairman, Sprint Corporation, Kansas City, MO

Dianne Feinstein, Member (D-CA), U.S. Senate

Sandra Feldman, President, American Federation of Teachers, Washington, D.C.

Martin S. Feldstein, George F. Baker Professor of Economics, Harvard University, Cambridge, MA; President and Chief Executive Officer, National Bureau of Economic Research; former U.S.Chairman, President's Council of Economic Advisors

Stanley Fischer, Vice Chairman, Citgroup, Inc., New York, NY; former First Deputy Managing Director, International Monetary Fund, Washington, D.C.

Richard W. Fisher, Managing Partner, Kissinger McLarty Associates, Washington, DC; former U.S. Deputy Trade Representative

***Thomas S. Foley**, Partner, Akin Gump Strauss Hauer & Feld, Washington, DC; former U.S. Ambassador to Japan; former Speaker of the U.S. House of Representatives; North American Chairman, The Trilateral Commission

***L. Yves Fortier**, Senior Partner and Chairman, Ogilvy Renault, Barristers and Solicitors, Montréal, QC; former Canadian Ambassador and Permanent Representative to the United Nations

Richard N. Gardner, Professor of Law and International Organization, Columbia Law School, New York, NY; Of Counsel, Morgan, Lewis & Bockius LLP; former U.S. Ambassador to Italy and to Spain

Dionisio Garza Medina, Chairman of the Board and Chief Executive Officer, ALFA, Garza Garcia, NL

David Gergen, Professor of Public Service, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, Cambridge, MA; Editor-at-Large, *U.S. News and World Report*

Peter C. Godsoe, Chairman and Chief Executive Officer, The Bank of Nova Scotia, Toronto, ON

***Allan E. Gotlieb**, Senior Adviser, Stikeman Elliott, Toronto, ON; Chairman, Sotheby's, Canada; former Canadian Ambassador to the United States; North American Deputy Chairman, The Trilateral Commission

Donald E. Graham, Chairman and Chief Executive Officer, The Washington Post Company, Washington, DC.

Jeffrey W. Greenberg, Chairman and Chief Executive Officer, Marsh & McLennan Companies,
New York, NY

Maurice R. Greenberg, Chairman and Chief Executive Officer, American International Group, Inc.,
New York, NY

***Robert D. Haas**, Chairman, Levi Strauss & Co., San Francisco, CA

Richard N. Haass, President, Council on Foreign Relations, New York, NY; former Director, Policy Planning, U. S. Department of State; former Director of Foreign Policy Studies, The Brookings Institution

Jane L. Harman, Member (D-CA), U.S House of Representatives

Sidney Harman, Chairman, Harman International Industries, Washington, DC

William A. Haseltine, Chairman and Chief Executive Officer, Human Genome Sciences, Inc.,
Rockville, MD

Charles B. Heck, Senior Adviser and former North American Director, The Trilateral Commission,
New Canaan, CT

***Carla A. Hills**, Chairman and Chief Executive Officer, Hills & Company, Washington, DC; former
U.S. Trade Representative; former U.S. Secretary of Housing and Urban Development

Richard Holbrooke, Vice Chairman, Perseus LLC, New York, NY; Counselor, Council on Foreign Relations; former U.S. Ambassador to the United Nations; former Vice Chairman of Credit Suisse First Boston Corporation; former U.S. Assistant Secretary of State for European and Canadian Affairs; former U.S. Assistant Secretary of State for East Asian and Pacific Affairs; and former U.S. Ambassador to Germany

James A. Johnson, Vice Chairman, Perseus LLC, Washington, DC; former Chairman and Chief Executive Officer, Federal National Mortgage Association (Fannie Mae)

Alejandro Junco de la Vega, President and Director, Grupo Reforma, Monterrery, NL

Henry A. Kissinger, Chairman, Kissinger Associates, Inc., New York, NY; former U.S. Secretary of State;
former U.S. Assistant to the President for National Security Affairs

Enrique Krauze, General Director, Editorial Clio Libros y Videos, S.A. de C.V., Mexico City, DF

Jacques Lamarre, President and Chief Executive, SNC-Lavalin Group Inc., Montréal, QC

Kenneth L. Lay, Lay Interests, LLC, Houston, TX; former Chairman and Chief Executive Officer, Enron Corporation

Jim Leach, Member (R-IA), U.S. House of Representatives

Gerald M. Levin, Chief Executive Officer Emeritus, AOL Time Warner, Inc., New York, NY

Winston Lord, Chairman, International Rescue Committee, New York; former U.S. Assistant Secretary of State for East Asian and Pacific Affairs; former U.S. Ambassador to China

E. Peter Lougheed, Senior Partner, Bennett Jones, Barristers & Solicitors, Calgary, AB; former Premier of Alberta

Roy MacLaren, Former Canadian High Commissioner to the United Kingdom; former Canadian Minister of International Trade; Toronto, ON

John A. MacNaughton, President and Chief Executive Officer, Canada Pension Plan Investment Board, Toronto, ON

Antonio Madero, Presidente Ejecutivo del Consejo, San Luis Corporacion, S.A. de C.V., Mexico City, DF

***Sir Deryck C. Maughan**, Vice Chairman, Citigroup, New York, NY; former Chairman and Chief Executive Officer, Salomon Brothers Inc.

Jay Mazur, President Emeritus, Union of Needletrades, Industrial and Textile Employees (UNITE), AFL-CIO, New York, NY; Chairman of Amalgamated Bank of New York; former Vice President, AFL-CIO and Chairman, AFL-CIO International Affairs Committee

H. Harrison McCain, Chairman of the Board, McCain Foods Limited, Florenceville, New Brunswick, NB

Hugh L. McColl, Jr., Chairman, McColl Brothers Lockwood, Charlotte, NC; former Chairman and Chief Executive Officer, Bank of America Corporation

Henry A. McKinnell, President and Chief Executive Officer, Pfizer, Inc., New York, NY

Anne M. Mulcahy, Chairman and CEO, Xerox Corporation, Stamford, CT

Brian Mulroney, Senior Partner, Ogilvy Renault, Barristers and Solicitors, Montréal, QC; former Prime Minister of Canada

Lucio A. Noto, Managing Partner, Midstream Partners, LLC, New York, NY; former Vice Chairman, ExxonMobil Corporation; former Chairman of the Board and Chief Executive Officer, Mobil Corporation; Greenwich, CT

***Joseph S. Nye, Jr.**, Dean, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, Cambridge, MA; former U.S. Assistant Secretary of Defense for International Security Affairs

Richard N. Perle, Resident Fellow, American Enterprise Institute, Washington, DC; member and former Chairman, Defense Policy Board, U.S. Department of Defense; former U.S. Assistant Secretary of Defense for International Security Policy

William J. Perry, Michael and Barbara Berberian Professor, Stanford University, Stanford, CA; former U.S. Secretary of Defense

Thomas R. Pickering, Senior Vice President, International Relations, The Boeing Company, Vienna, VA; former U.S. Under Secretary of State for Political Affairs; former U.S. Ambassador to the Russian Federation, India, Israel, El Salvador, Nigeria, the Hashemite Kingdom of Jordan, and the United Nations

Franklin D. Raines, Chairman and Chief Executive Officer, Federal National Mortgage Association, Washington, DC; former Director, U.S. Office of Management and Budget, Office of the President

Joseph W. Ralston, USAF (Ret)., Vice Chairman, The Cohen Group, Washington, DC; former Commander, U.S. European Command, and Supreme Allied Commander NATO; former Vice Chairman, Joint Chiefs of Staff, U.S. Department of Defense

Charles B. Rangel, Member (D-NY), U.S. House of Representatives

Lee R. Raymond, Chairman and Chief Executive Officer, ExxonMobil Corporation, Irving, TX

Hartley Richardson, President and Chief Executive Officer, James Richardson & Sons, Ltd., Winnipeg, MB

John D. Rockefeller IV, Member (D-WV), U.S. Senate

Kenneth Rogoff, Economic Counsellor and Director, Research Department, International Monetary Fund, Washington, DC

David M. Rubenstein, Managing Director, The Carlyle Group, Washington, DC

Luis Rubio, Director-General, Center of Research for Development (CIDAC), Mexico City, DF

Arthur F. Ryan, Chairman and Chief Executive Officer, Prudential Financial, Inc., Newark, NJ

Henry B. Schacht, Chairman, Lucent Technologies, Murray Hill, NJ; former Director and Senior Advisor, E.M Warburg, Pincus & Co., LLP

Jaime Serra, SAI Derecho & Economia, Mexico City, DF; former Mexican Minister of Trade

Anne-Marie Slaughter, Dean, Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University, Princeton, NJ

Gordon Smith, Director, Centre for Global Studies, University of Victoria, Victoria, BC; Chairman, Board of Governors, International Development Research Centre; former Canadian Deputy Minister of Foreign Affairs and Personal Representative of the Prime Minister to the Economic Summit

George Soros, Chairman, Soros Fund Management LLC, New York, NY; Chairman, The Open Society Institute

Ronald D. Southern, Chairman, ATCO Group, Calgary, AB

James B. Steinberg, Vice President and Director of the Foreign Policy Studies Program, The Brookings Institution, Washington, DC; former Deputy National Security Advisor

Lawrence H. Summers, President, Harvard University, Cambridge, MA; former U.S. Secretary of the Treasury

Strobe Talbott, President, The Brookings Institution, Washington, DC; former U.S. Deputy Secretary of State

Luis Tellez, Executive Vice President, Sociedad de Fomento Industrial (DESC), Mexico City, DF; former Mexican Minister of Energy

John Thain, President and Co-Chief Operating Officer, Goldman Sachs & Co., New York, NY

G. Richard Thoman, Managing Partner, Corporate Perspectives, New York, NY; former President and Chief Executive Officer, Xerox Corporation

Laura D'Andrea Tyson, Dean of London Business School, London, England; former Dean, Haas School of Business, University of California, Berkeley; former U.S. National Economic Advisor; former Chairman of the President's Council of Economic Advisers

***Paul A. Volcker**, former Chairman, Wolfensohn & Co., Inc., New York; Frederick H. Schultz Professor Emeritus, International Economic Policy, Princeton University; former Chairman, Board of Governors, U.S. Federal Reserve System; Honorary North American Chairman and former North American Chairman, The Trilateral Commission

William H. Webster, Senior Partner, Milbank, Tweed, Hadley & McCloy LLP, Washington, DC; former U.S. Director of Central Intelligence; former Director, U.S. Federal Bureau of Investigation; former Judge of the U.S. Court of Appeals for the Eighth Circuit
Fareed Zakaria, Editor, Newsweek International, New York, NY
***Lorenzo H. Zambrano**, Chairman of the Board and Chief Executive Officer, CEMEX, Monterrey, NL; North American Deputy Chairman, The Trilateral Commission
Ernesto Zedillo, Director, Yale Center for the Study of Globalization, Yale University, New Haven, CT; former President of Mexico

Robert S. McNamara, Lifetime Trustee, The Trilateral Commission, Washington, DC; former President, World Bank; former U.S. Secretary of Defense; former President, Ford Motor Company.
David Rockefeller, Founder, Honorary Chairman, and Lifetime Trustee, The Trilateral Commission,
New York, NY

***Executive Committee**

Former Members In Public Service

Felipe Calderon, Mexican Minister of Energy
Richard B. Cheney, Vice President of the United States
Paula J. Dobriansky, U.S. Under Secretary of State for Global Affairs
Stephen Friedman, Assistant to the President of the United States for Economic Policy and Director of the National Economic Council
Bill Graham, Canadian Minister of Foreign Affairs and International Trade
William J. McDonough, Chairman, Public Company Accounting Oversight Board
Paul Wolfowitz, U.S. Deputy Secretary of Defense
Robert B. Zoellick, U.S. Trade Representative

Pacific Asian Group

Ali Alatas, Advisor and Special Envoy of the President of the Republic of Indonesia; former Minister for Foreign Affairs
Tan Sri Dato' Azman Hashim, Chairman, AmBank Group, Kuala Lumpur
Philip Burdon, Former Chairman, Asia 2000 Foundation; NZ Chairman of APEC; former Minister of Trade Negotiations; Wellington
Fujio Cho, President, Toyota Motor Corporation
Cho Suck-Rai, Chairman, Hyosung Corporation, Seoul
Chung Mong-Joon, Member of the National Assembly; Vice President of Federation Internationale de Football Association (FIFA), Seoul
Takashi Ejiri, Attorney at Law. Asahi Koma Law Office
Jesus P. Estanislao, President and CEO, Institute of Corporate Directors/Institute of Solidarity in Asia; former Minister of Finance, Manila
Hugh Fletcher, Business Consultant; former Chief Executive Officer, Fletcher Challenge; Auckland
Hiroaki Fujii, President, The Japan Foundation; former Ambassador to the United Kingdom
Shinji Fukukawa, Advisor, Dentsu Inc.

Yoichi Funabashi, Chief Diplomatic Correspondent and Columnist, The Asahi Shimbun
Carrillo Gantner, Vice President, The Myer Foundation, Melbourne
Ross Garnaut, Head, Department of Economics, Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University, Canberra
***Toyoo Gyohten**, President, The Institute for International Monetary Affairs; Senior Advisor, The Bank of Tokyo-Mitsubishi, Ltd.
***Stuart Harris**, Professor of International Relations, Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University; former Vice Minister of Foreign Affairs, Canberra
Earnest M. Higa, President and CEO, Higa Industries
Hong Seok-Hyun, President, Korean Newspapers Association; Publisher, Chairman and Chief Executive Officer, JoongAng Ilbo, Seoul
Shintaro Hori, Managing Director-North Asia, Bain & Company
Murray Horn, Managing Director, Global Institutional Banking, ANZ Banking Group, Ltd., Sydney; former Managing Director, ANZ Investment Bank (New Zealand) Ltd.; former Secretary of the Treasury; Auckland
Takashi Hosomi, Advisor, NLI Research Institute; former Chairman, The Overseas Economic Cooperation Fund
Kensuke Hotta, Chairman, Morgan Stanley Japan Limited
Hyun Hong-Choo, Senior Partner, Kim & Chang, Seoul; former Ambassador to the United Nations and to the United States; Seoul
Hyun Jae-Hyun, Chairman, Tong Yang Group, Seoul
Shin'ichi Ichimura, Counselor, International Centre for the Study of East Asian Development, Kitakyushu
Nobuyuki Idei, Chairman and Group CEO, Sony Corporation
Takeo Inokuchi, Chairman and Chief Executive Officer, Mitsui Sumitomo Insurance Company, Limited.
Noriyuki Inoue, Chairman and CEO, Daikin Industries, Ltd.
Rokuro Ishikawa, Honorary Chairman, Kajima Corporation
Motoo Kaji, Chairman, The International House of Japan
Koji Kakizawa, Member of the House of Representatives; former Minister for Foreign Affairs
Fuji Kamiya, Dean, Graduate School of Social Science, Toyo Eiwa Women's University
Kasem Kasemsri, Honorary Chairman, Thailand-U.S. Business Council; Chairman of the Advisory Board of the Chart Thai Party; Chairman, Thai-Malaysian Association; former Deputy Prime Minister of Thailand; Bangkok
Koichi Kato, Former Member of the House of Representatives; former Secretary-General, Liberal Democratic Party
Trevor Kennedy, Chairman, Oil Search, Ltd; Chairman, Cypress Lakes Group, Ltd.; Sydney
Kim Kihwan, International Advisor, Goldman Sachs; former Ambassador-at-Large for Economic Affairs, Seoul
***Kim Kyung-Won**, President, Institute of Social Sciences; former Ambassador to the United States and the United Nations, Seoul
Kakutaro Kitashiro, Chairman, IBM Japan, Ltd.
Shoichiro Kobayashi, Senior Advisor, Kansai Electric Power Company, Ltd.
***Yotaro Kobayashi**, Chairman of the Board, Fuji Xerox Co., Ltd.; Pacific Asia Chairman, The Trilateral Commission
Tommy Koh, Ambassador-at-Large, Ministry of Foreign Affairs; Director, Institute of Policy Studies; Chairman, National Heritage Board; Singapore

Akira Kojima, Senior managing Director and Editor in Chief, The Nihon Keizai Shimbun
Takeshi Kondo, Member of the House of Councillors
Yutaka Kosai, Chairman, Japan Center for Economic Research
Kenji Kosaka, Member, House of Representatives; Senior Vice - Minister for Posts and Telecommunications Public Management, Home Affairs
***Lee Hong-Koo**, Chairman, Seoul Forum for International Affairs; former Prime Minister; former Ambassador to the United Kingdom and the United States; Seoul
Lee In-ho, President, Korea Foundation; former Ambassador to Finland and Russia, Seoul
***Minoru Makihara**, Chairman, Mitsubishi Corporation
Hiroshi Mikitani, Chairman, President and CEO, Rakuten, Inc.
Yoshihiko Miyauchi, Chairman and Chief Executive Officer, ORIX Corporation
Isamu Miyazaki, Special Advisor, Daiwa Institute of Research, Ltd.; former Director-General of the Economic Planning Agency
***Kiichi Miyazawa**, Member of the House of Representatives; former Finance Minister of Japan; former Prime Minister of Japan
Yuzaburo Mogi, President and Chief Executive Officer, Kikkoman Corporation
Mike Moore, Former Director-General of the World Trade Organization; former Prime Minister of New Zealand; Member of the Privy Council
Moriyuki Motono, Former Ambassador to France
Jiro Murase, Managing Partner, Bingham McCutchen Murase, New York
***Minoru Murofushi**, Chairman, ITOCHU Corporation
Masashi Nishihara, President, National Defense Academy
Taizo Nishimuro, Chairman and Chief Executive Officer, Toshiba Corporation
Roberto F. de Ocampo, President, Asian Institute of Management, Manila
Toshiaki Ogasawara, Chairman and Publisher, The Japan Times Ltd.; Chairman, Nifco Inc.
Sadako Ogata, Prime Minister's Special Representative on Afghanistan Issues; Co-Chair, Commission on Human Security; Scholar in Residence, Ford Foundation; Former United Nations High Commissioner for Refugees
***Shijuro Ogata**, Former Deputy Governor, Japan Development Bank; former Deputy Governor for International Relations, Bank of Japan; Pacific Asia Deputy Chairman, The Trilateral Commission
Sozaburo Okamatsu, Chairman, Research Institute of Economy, Trade & Industry (RIETI)
***Yoshio Okawara**, President, Institute for International Policy Studies; former Ambassador to the United States
Yoichi Okita, Professor, National Graduate Institute for Policy Studies
Ariyoshi Okumura, Chairman, Lotus Corporate Advisory, Inc.
Anand Panyarachun, Chairman, Thai Industrial Federation; Chairman, Saha-Union Public Company Ltd; former Prime Minister of Thailand, Bangkok
Theodore P. Rachmat, President and Chief Executive Officer, PT Astra International Tbk., Jakarta
Eisuke Sakakibara, Professor, Keio University; former Vice Minister of Finance for International Affairs
Sakong Il, Chairman and Chief Executive Officer, Institute for Global Economics; former Minister of Finance, Seoul
Yukio Satoh, President, The Japan Institute of International Affairs; former Ambassador of Japan to UN
Sachio Semmoto, Chief Executive Officer, eAccess, Ltd.
Masahide Shibusawa, Director, East-West Seminar

Motoo Shiina, Member of the House of Councillors
Seiichi Shimada, Representative Director and President, Nihon Unisys, Ltd.
Atsushi Shimokobe, Senior Advisor for Research Programs, The Tokio Marine Research Institute
Yasuhisa Shiozaki, Member of the House of Councillors; former Parliamentary Vice Minister for Finance
Arifin Siregar, International Advisor, Goldman Sachs & Co.; former Ambassador to the United States, Jakarta
Tan Sri Dr. Noordin Sopiee, Chairman and Chief Executive Officer, Institute of Strategic and International Studies, Kuala Lumpur
Keiji Tachikawa, President and Chief Executive Officer, NTT DoCoMo, Inc.
Tsuyoshi Takagi, President, The Japanese Foundation of Textile, Chemical, Food, Commercial, Service and General Workers' Unions (UI ZENSEN)
Keizo Takemi, Member of the House of Councillors; former State Secretary for Foreign Affairs
Akihiko Tanaka, Director, Institute of Oriental Culture, University of Tokyo
Naoki Tanaka, President, The 21st Century Public Policy Institute
Teh Kok Peng, President, GIC Special Investments Pte Ltd., Singapore
Shuji Tomita, Senior Executive Vice President, NTT Communications Corporation
Sarasin Viraphol, Executive Vice President, Charoen Pokphand Co., Ltd.; former Deputy Permanent Secretary of Foreign Affairs, Bangkok
Cesar E. A. Virata, Corporate Vice Chairman, Rizal Commerical Banking Corporation; former Prime Minister of Philippines, Manila
***Jusuf Wanandi**, Member of the Board of Trustees, Centre for Strategic and International Studies, Jakarta
Etsuya Washio, President, National Federation of Workers and Consumers Insurance Cooperatives (ZENROSAI): former President, Japanese Trade Union Confederation (RENGO)
Koji Watanabe, Senior Fellow, Japan Center for International Exchange; Executive Adviser, Japan Business Federation (Nippon Keidanren); former Ambassador to Russia
Taizo Yakushiji, Professor of Political Science, Keio University; Executive Research Director, Institute for International Policy Studies.
Tadashi Yamamoto, President, Japan Center for International Exchange
Noriyuki Yonemura, Senior Vice President, Fuji Xerox Co., Ltd.

Note: Those without city name are Japanese members.

Former Members In Public Service

Han Sung-Joo, Korean Ambassador to the United States; former Director, Ilmin International Relations Institute, Professor of Political Science, Korea University; former President, Korea University; former Minister for Foreign Affairs; Pacific Asia Deputy Chairman, The Trilateral Commission; Seoul
Masaharu Ikuta, Director General, Postal Services Corporation.
Yoriko Kawaguchi, Minister for Foreign Affairs
Hisashi Owada, Judge, International Court of Justice; former President, Japan Institute of International Affairs; Advisor, Foreign Ministers of Japan

PARTICIPANTS FROM OTHER AREAS
Triennium Participants

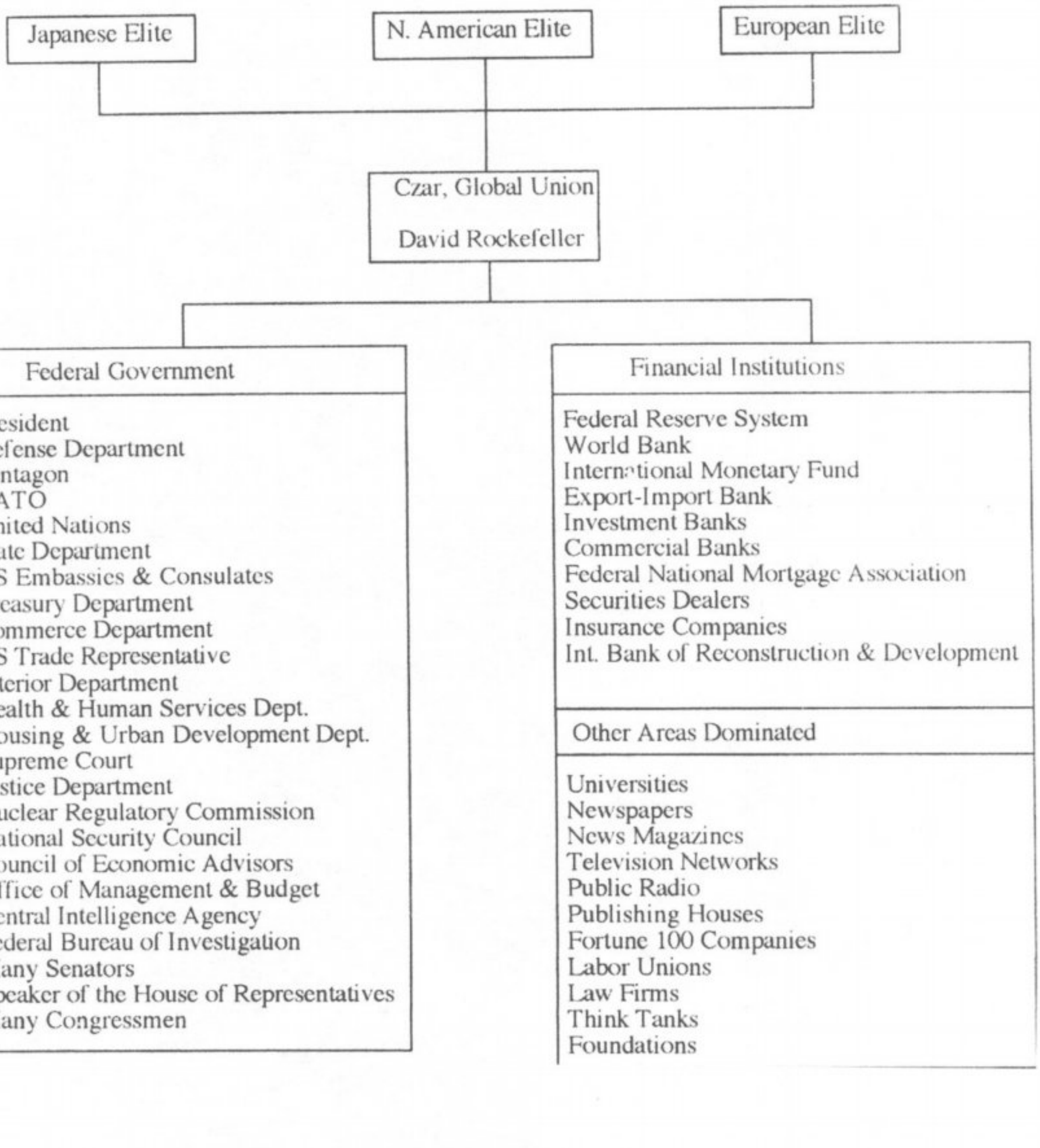
Abdlatif Al-Hamad, Director General and Chairman of the Arab Fund for Economic and Social Development; former Minister of Finance and Planning, Kuwait
André Azoulay, Adviser to H.M. King Mohammed VI, Rabat, Morocco
Domingo F. Cavallo, President, Accion por la Republica, Buenos Aires; former Economy Minister of Argentina
Morris Chang, Chairman and Chief Executive Officer, Taiwan Semiconductor Manufacturing Co., Ltd., Taipei
Hüsnü Dogan, Chairman of the Board of Trustees, Development Foundation of Turkey; former Minister of Defence, Ankara, Turkey
Zhang Enzhao, President and Chief Executive Officer, China Construction Bank, Beijing
Victor K. Fung, Chairman, Li & Fung; Chairman, Prudential Asia, Hong Kong
Frene Ginwala, Speaker of the National Assembly, Parliament of the Republic of South Africa, Cape Town
H.R.H. Prince El Hassan bin Talal, President, The Club of Rome, Amman, Hashemite Kingdom of Jordan
Serhiy Holovaty, Member of the Supreme Rada; President of the Ukrainian Legal Foundation; former Minister of Justice, Kiev, Ukraine
Enrique V. Iglesias, President, Inter-American Development Bank; former Minister of Foreign Affairs of Uruguay
Wang Jun, Chairman, China International Trust & Investment Corp., China
Sergei Karaganov, Deputy Director, Institute of Europe, Russian Academy of Sciences; Chairman of the Presidium of the Council on Defense and Foreign Policy, Moscow, Russian Federation
Jeffrey L.S. Koo, Chairman and Chief Executive Officer, Chinatrust Commercial Bank, Taipei
Richard Li, Chairman and Chief Executive Officer, Pacific Century Group Holdings Ltd., Hong Kong
Itamar Rabinovich, President, Tel Aviv University, Israel; former Ambassador to the United States
Rüsdü Saracoglu, President of the Finance Group, Koç Holding; Chairman, Makro Consulting, Istanbul; former State Minister and Member of the Turkish Parliament; former Governor of the Central Bank of Turkey
Roberto Egydio Setubal, Director President, Banco Itaú S.A., Brazil
Stan Shih, Chairman and Chief Executive Officer, The Acer Group, Taipei
Mingyi Wei, Chairman, International Advisory Corporation, China International Trust & Investment Corp., Beijing
Gordon Wu, Chairman and Managing Director, Hopewell Holdings Ltd., Hong Kong
Grigory A. Yavlinsky, Member of the State Duma; Leader of the "Yabloko" Parliamentary Group; Chairman of the Center for Economic and Political Research, Moscow, Russian Federation
Zhou Xiaochuan, Chairman, China Securities Regulatory Commission, Beijing

Fonte: TRILATERAL, Comission – Membership list [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por j.bacrg@ig.com.br em 15 de setembro de 2003.

ANEXO D

SETORES SOB CONTROLE DIRETO DAS "ELITES"

Specific Areas Under Direct Control of the Elite

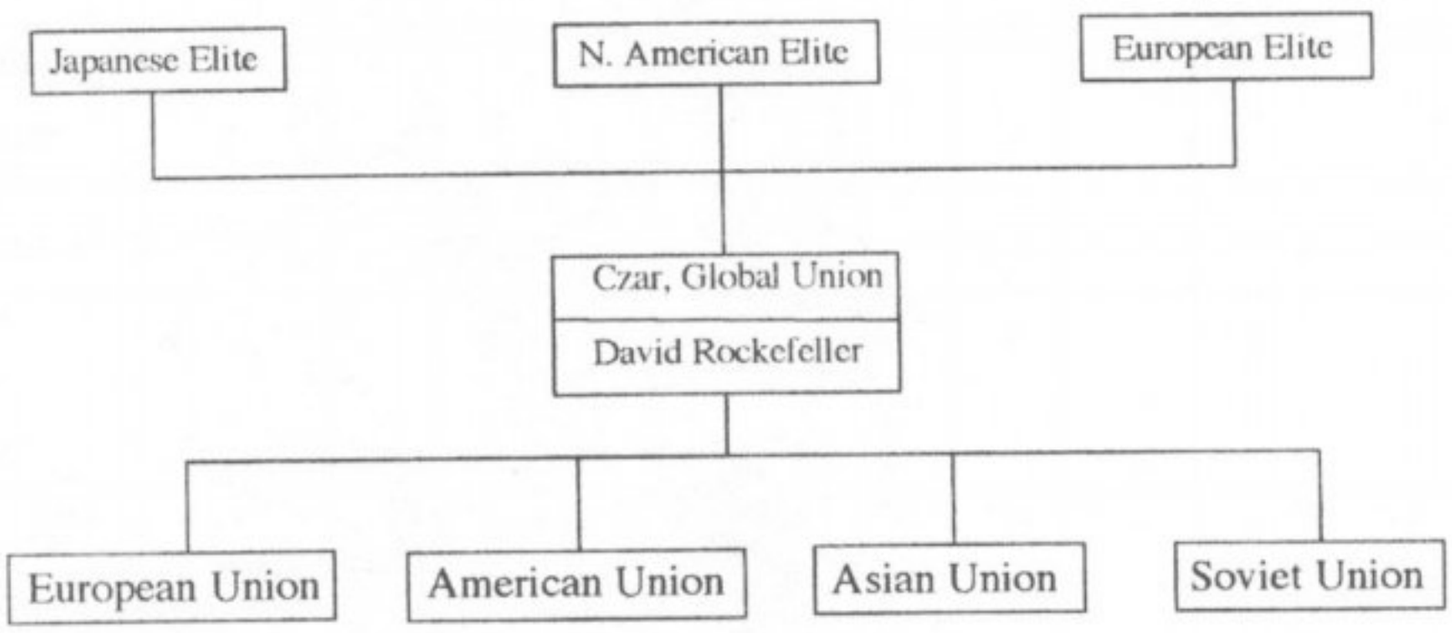


Fonte: ROSS, Robert Gaylon. **Who's who of the elite** – members of the: Bilderbergs, Council on Foreign Relations & Trilateral Comission. Texas: Ross International Enterprises, 2002.

ANEXO E

NOVA UNIÃO GLOBAL

New Global Union



Note: The nations that are now located between Russia and Western Europe may be included it either the European Union or the next Soviet Union. The name of the next Soviet Union may be changed to another term to avoid the stain of the atrocities committed by the former Soviet Union leaders.

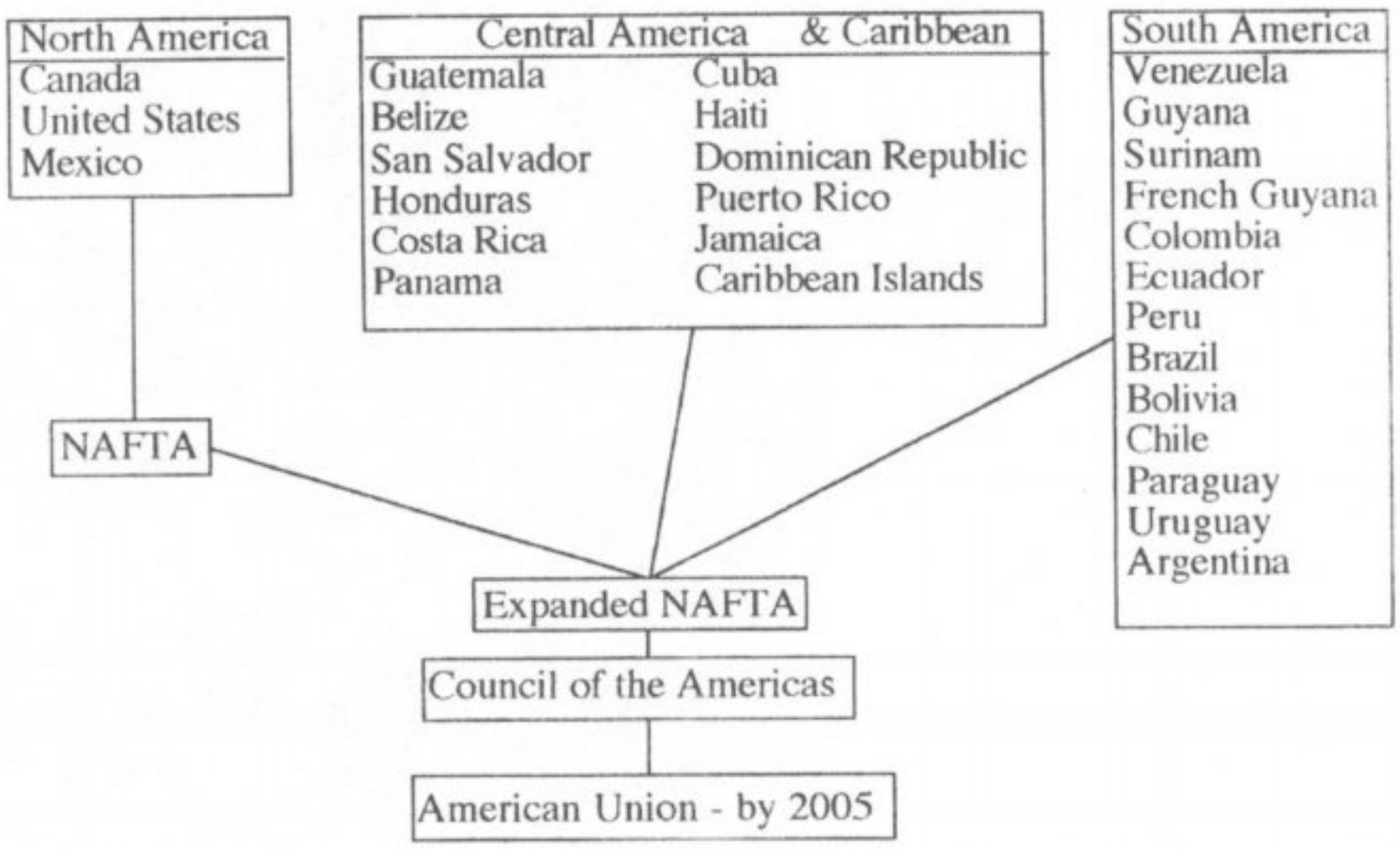
Fonte: ROSS, Robert Gaylon. **Who's who of the elite** – members of the: Bilderbergs, Council on Foreign Relations & Trilateral Comission. Texas: Ross International Enterprises, 2002.

ANEXO F

EVOLUÇÃO DO QUADRO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

European Evolution

American Evolution



Pacific Rim Evolution

16 Sovereign Nations		
Australia	Taiwan	China
Hong Kong	Philippines	Hong Kong
Japan	South Korea	Indonesia
New Zealand	Thailand	Brunei
Singapore	Vietnam	Malaysia
	Papua New Guinea	

Asian Pacific Economic Cooperation (APEC), 1994

Asian Union - by 2010

Soviet Union Evolution

32 Sovereign Nations			
Russia	Kazakhstan	Kyrgyzstan	Tajikistan
Uzbekistan	Turkmenistan	Azerbaijan	Armeni
Georgia	Ukraine	Belarus	Mollova
Romania	Bulgaria	Mace	Albania
Yugoslavia	Bosnia	Herzegovina	Serbia
Montenegro	Croatia	Macedonia	Czechoslovakia
Poland	Lithuania	Lastvia	Estonia
Hungary	Slovenia	Moravia	Bohemia

Union of Soviet Socialist Republics

32 Sovereign Nations			
Russia	Kazakhstan	Kyrgyzstan	Tajikistan
Uzbekistan	Turkmenistan	Azerbaijan	Armeni
Georgia	Ukraine	Belarus	Mollova
Romania	Bulgaria	Mace	Albania
Yugoslavia	Bosnia	Herzegovina	Serbia
Montenegro	Croatia	Macedonia	Czechoslovakia
Poland	Lithuania	Latvia	Estonia
Hungary	Slovenia	Moravia	Bohemia

Soviet Union* - by 2010-2015

* This time not under Communist control, but under direct *Elite* control.

Fonte: ROSS, Robert Gaylon. **Who's who of the elite** – members of the: Bilderbergs, Council on Foreign Relations & Trilateral Comission. Texas: Ross International Enterprises, 2002.

ANEXO G

CONFORMAÇÃO DA ALCA

ANEXO H

PERFIL DOS PAÍSES DA ALCA

PAÍSES	ÁREA (Km^2)	POPULAÇÃO (milhões de habitantes)	PIB (bilhões de dólares)	COMÉRCIO EXTERIOR (bilhões de dólares)
ARGENTINA	2.780.092	37,5	283,2	48,8
BAHAMAS	13.864	0,3	3,7	3,0
BARBADOS	431	0,3	2,5	1,229
BELIZE	22.965	0,2	0,730	0,533
BOLÍVIA	1.098.581	8,5	8,3	2,7
BRASIL	8.514.205	170,0	595,3	166,7
CANADÁ	9.970.610	31,0	634,9	458,6
CHILE	756.626	15,4	67,5	30,7
COLÔMBIA	1.141.748	42,8	86,6	22,3
COSTA RICA	51.100	4,1	15,1	12,9
DOMINICA	751	0,073	0,267	0,195
EL SALVADOR	21.041	6,4	12,5	4,3
EQUADOR	238.561	12,9	18,9	7,4
EUA	9.372.614	285,9	9.150,0	1.795,2
GRANADA	344	0,097	0,366	0,227
GUATEMALA	108.899	11,7	18,2	6,8
GUIANA	214.970	0,800	0,679	1,049
HAITI	27.400	8,3	4,3	1,196
JAMAICA	10.991	2,6	6,9	3,7
HONDURAS	112.088	6,6	5,4	3,9
MÉXICO	1.972.547	100,4	483,7	285,4
NICARÁGUA	130.682	5,2	2,3	2,344
PANAMÁ	75.517	2,9	9,6	4,322
PARAGUAI	406.752	5,6	7,7	3,041
PERU	1.285.215	26,1	51,9	14,2
REP. DOMINICANA	48.442	8,5	17,4	13,4
SANTA LÚCIA	616,7	0,200	0,652	0,387
SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS	269	0,041	0,301	0,198
SÃO VICENTE E GRANADINAS	389	0,100	0,329	0,25
SURINAME	163.820	0,400	0,808	1,07
TRINIDAD E TOBAGO	5.123	1,3	6,9	4,7

PAÍSES	ÁREA (Km^2)	POPULAÇÃO (milhões de habitantes)	PIB (bilhões de dólares)	COMÉRCIO EXTERIOR (bilhões de dólares)
URUGUAI	176.215	3,4	20,8	5,6
VENEZUELA	912.050	24,6	102,2	34,6

Observações:

a) **Fonte**: ALMANAQUE Abril: a enciclopédia da atualidade. São Paulo: Ed. Abril, 2002. 1 CD-ROM. Windows 95 ou superior.
b) Os dados referentes ao país Antígua e Barbuda não foram obtidos.

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. A ALCA na política externa brasileira. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 7-20, set./nov. 2001.

2. ALMANAQUE Abril: a enciclopédia da atualidade. São Paulo: Ed. Abril, 2003. 1 CD-ROM. Windows 95 ou superior.

3. ALMEIDA, Paulo Roberto. **Os primeiros anos do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

4. ARAUJO JR., J. T. Alca: riscos e oportunidades para o Brasil. In: SEMINÁRIO ALCA: RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL, 1998, São Paulo, IPRI.

5. ARRIOLA, Salvador. Economia e política externa na América Latina, Política externa e processos de integração. As assimetrias e a integração: o começo de uma resposta. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 99-111, set./nov. 2002.

6. ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam. **A Trilateral** – nova fase do capitalismo mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

7. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Integration and trade in the Américas**: periodic notes. Washington, D.C., 1997.

8. BARBOSA, Rubens A. A nova geografia econômica do continente. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 28-47, set./nov. 2001.

9. BERNAL-MEZA, Raúl. Os dez anos de Mercosul e a crise argentina: a necessidade de rever o modelo de integração. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 7-46, mar./mai. 2002.

10. BROCHARD, Jacques Perruchon de. **A miragem do futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

11. BUSH, George W. A estratégia de segurança nacional dos EUA. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 78-113, dez./fev. 2002/2003.

12. CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

13. _____. América do Sul: vocação geopolítica (LS 802/00). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2000.

14. CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. O argumento do império. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 75-83, jun./ago. 2003.

15. COSTA, Roberto Teixeira da. ALCA 2005: destino ou opção? **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 102-111, set./nov. 2001.

16. COSTA E SILVA, Paulo Roberto. Integração Sul-Americana. **Revista da Escola Superior de Guerra**. n. 41, p. 184-210, 2002.

17. DANESE, Sérgio F. Brasil e América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência. **Política Externa**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 49-71, mar./mai. 2001.

18. ESCOLA DE GUERRA NAVAL (Brasil). EGN-215. **Guia para elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.

19. _____. FI-219. **Guia para a elaboração de referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2001.

20. FACIOLI, José Mário. **A integração sul-americana**. 1998. Monografia (CPAEX) – Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1998.

21. FONSECA, Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. (Org.). **Temas de política externa brasileira II**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e terra, 1994.

22. FREITAS, Jorge Manuel Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Separata da Revista de Estudos Políticos e Sociais. Anos 1997, 1998 e 1999.

23. FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 59-74, mar./mai. 2003.

24. GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado:** o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

25. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

26. HILLS, Carla A. Porque precisamos de um acordo de livre comércio para as Américas. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 21-27, set./nov. 2001.

27. HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

28. MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo (LS 838/03). Rio de Janeiro (RJ): Escola Superior de Guerra, 2003.

29. MARRS, Jim. **Rule by secrecy** - the hidden history that connects the Trilateral Comission, the Freemasons and the Great Pyramids. New york: Harper-Collins, 2000.

30. MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 31-42, jun./ago. 2003.

31. MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções de poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

32. _____. A geopolítica brasileira – predecessores e geopolíticos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 37-52. 2000.

33. _____. **Brasil** – geopolítica e destino – 1. ed. Rio de janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio, 1975.

34. _____. **Geopolítica e modernidade** – 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

35. MENEZES. Amílcar Manoel de. Brasil no século XXI. Visão de algumas insuficiências para ampla inserção no mundo globalizado. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 130-145. 2002.

36. NYE Jr., Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

37. PEÑA, Félix. Mercosul: análise de uma década e tendências para o futuro. **Política Externa**. v. 10, n. 1, p. 5-23, jun./ago. 2001.

38. RICE, Condoleezza. Consciência de vulnerabilidade inspirou doutrina. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 62-69, dez./fev. 2003.

39. _____. Promovendo os interesses nacionais. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-99, jun./ago. 2001.

40. ROBINSON, Warren C. Struggle for the Heartland: An introduction to Geopolitics. In: _____ . **Strategy and Force Planning**. Newport: Naval War College Press, 1996. cap. 29.

41. ROSS, Robert Gaylon. **Who's who of the elite** – members of the: Bilderbergs, Council on Foreign Relations & Trilateral Comission. Texas: Ross International Enterprises, 2002.

42. SILVA, Golbery do Couto e. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1957.

43. _____, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

44. STEPHEN, Robert. (Coord.). **A letter to the president and a memorandum on U.S. policy toward Brazil**. New York: Council on Foreign Relations, 2001.

45. TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

46. VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

47. VIDAL, J. W. Bautista; VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Dialética dos trópicos:** o pensamento colonizado da CEPAL. Brasília: Instituto do Sol, 2002.

48. VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de. Política externa norte-americana em transição; de Clinton a George W. Bush. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 71-101, set./nov. 2001.

49. ZOELLICK, Robert B. Uma política externa republicana. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 69-82, jun./ago. 2001.

Autor: Rego, Joaquim Arinê Bacelar
Título: Elementos para uma geopolítica brasileira no

00256842
228543

MB - EGN

Nº Pat.:5928